



*município de*  
**Chaves**

# Relatório da Proposta de Orçamento

(Orçamento enquadrado num Plano Orçamental  
Plurianual)

**2022- 2026**



# Índice

<b>I - ENQUADRAMENTO POLÍTICO-ECONÓMICO .....</b>	<b>3</b>
1.1 - CONJUNTURA ECONÓMICA NACIONAL - PERSPETIVA FUTURA.....	3
1.2 - PRIORIDADES ESTRATÉGICAS DO MUNICÍPIO .....	6
<b>II - MAPAS ANEXOS E RESPETIVA ANÁLISE .....</b>	<b>10</b>
2.1 – NOTA EXPLICATIVA ÀS DEMONSTRAÇÕES PREVISIONAIS.....	12
2.2 – ORÇAMENTO ENQUADRADO NUM PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL.....	16
2.2.1 – <i>Resumo do Orçamento</i> .....	16
2.3 – DEMONSTRAÇÃO ORÇAMENTAL PREVISIONAL DA RECEITA .....	18
2.3.1 – <i>Receita Corrente</i> .....	18
2.3.2 – <i>Receita de Capital</i> .....	28
2.4 – DEMONSTRAÇÃO ORÇAMENTAL PREVISIONAL DA DESPESA .....	31
2.4.1 – <i>Despesa Corrente</i> .....	31
2.4.2 – <i>Despesa de Capital</i> .....	40
2.5 – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS .....	45
2.6 - PLANO DAS ATIVIDADES MAIS RELEVANTES .....	46
2.7 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS.....	47
• <i>Balanço previsional</i> .....	47
• <i>Demonstração dos resultados previsional, por natureza</i> .....	47
• <i>Demonstração dos fluxos de caixa previsional</i> .....	50
<b>III – QPPO, MAPA DE EMPRÉSTIMOS, MAPA DAS RESPONSABILIDADES CONTINGENTES E MAPA DE EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL .....</b>	<b>51</b>
3.1 – QUADRO PLURIANUAL DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTAL (QPPO) .....	51
3.2 - MAPA DE EMPRÉSTIMOS .....	51
3.3 – MAPA DAS RESPONSABILIDADES CONTINGENTES .....	51
3.4 – MAPA DE EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL .....	51
<b>IV – OUTROS DOCUMENTOS .....</b>	<b>52</b>
4.1 - ARTICULADO DO ORÇAMENTO.....	52



4.2 - ORÇAMENTO DAS ENTIDADES PARTICIPADAS.....	52
4.3 - MAPA DAS ENTIDADES PARTICIPADAS – SOCIETÁRIAS E NÃO SOCIETÁRIAS.....	52
4.5 - NORMAS DE CONTROLO INTERNO .....	52
4.6 - PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS.....	52
4.7 - MAPA DE PESSOAL .....	52
4.8 - REGULAMENTO INTERNO – DESCRIÇÃO DE FUNÇÕES, ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS.....	52

## **I - ENQUADRAMENTO POLÍTICO-ECONÓMICO**

### **1.1 - Conjuntura Económica Nacional - Perspetiva Futura**

A recente avassaladora pandemia pela COVID19, vivida em todo o mundo, veio provocar, a par de uma forte crise sanitária, um impacto doloroso em todas as atividades económicas. Tal situação desencadeou medidas de contenção por parte de vários países, das quais, a pouco e pouco e à escala global, nos estamos todos a recompor.

O Banco de Portugal projeta que a economia portuguesa tenha crescido, no final de 2021, cerca de 4,8%, aproximando-se do nível pré-pandemia no final do ano. Após uma redução em cadeia no primeiro trimestre, o PIB registou uma recuperação no segundo trimestre, continuando a crescer nos trimestres seguintes, ainda que a um ritmo menor. Esta trajetória de recuperação reflete o controlo da pandemia e os avanços no processo de vacinação, com efeitos positivos sobre a confiança dos agentes. A inflação aumenta para 0,9% em 2021 (-0,1% em 2020).

A rapidez e a sincronia da recuperação da procura global de bens criaram perturbações nos fornecimentos, evidenciadas na escassez de matérias-primas e bens intermédios, nos prazos de entrega mais longos e nos custos de transporte elevados sendo que, tais fatores, têm condicionado a produção de diversos bens, como os automóveis, não se devendo dissipar até ao final do ano.

Em Portugal, o crédito às empresas continuou a expandir-se, destacando-se o crescimento do crédito às empresas de menor dimensão e dos setores de alojamento e restauração e indústria. A taxa de variação anual dos empréstimos bancários às empresas situou-se em 10% em março, desacelerando para 6,3% em junho. Esta desaceleração tem subjacente a redução dos novos empréstimos com garantia pública (de 40% para 20% do total de novos empréstimos com maturidades superiores a um ano). Ainda assim, os empréstimos mantiveram um crescimento robusto, para o qual contribuiu a diminuição dos reembolsos, em parte associada às moratórias. Refletindo as medidas de apoio, o empréstimo típico das empresas aumentou na crise pandémica quando tinha registado uma redução na crise das dívidas soberanas. Concomitantemente à evolução do crédito, os depósitos aumentaram no primeiro semestre (taxa de variação anual de 14,6%), constituindo uma almofada financeira das empresas. Os novos empréstimos a particulares também continuaram a crescer, especialmente o crédito para habitação que atingiu os níveis de 2008, num contexto de dinamismo dos preços no mercado imobiliário.

O consumo privado cresceu 4,3% em 2021, sustentado pelo crescimento do rendimento disponível e pela redução gradual da taxa de poupança, num contexto de diminuição da incerteza, registando significativa poupança por parte das famílias desde o início da pandemia.

O crescimento do rendimento disponível em termos reais em 2021 está associado à recuperação forte do emprego e ao dinamismo dos salários nominais, sendo atenuado pelo aumento da inflação.

Por outro lado, o investimento cresce 5,6% em 2021, sustentado pelas perspetivas de recuperação, pelos fundos europeus e pelo crédito a taxas de juro baixas e com garantia do Estado. O índice de custos de construção na habitação acelerou em termos homólogos, de 2,7% no primeiro trimestre para 6,1% no segundo e o mercado de trabalho recupera, com aumentos de 2,6% do emprego e de 8,4% das horas trabalhadas em 2021 (-1,9% e -9,3%, respetivamente, no ano anterior). O impacto negativo da pandemia nas horas trabalhadas foi mais expressivo do que no emprego, antecipando-se um ritmo de crescimento mais rápido até ao final do ano.

A inflação manteve-se baixa ao longo do primeiro semestre de 2021, com uma evolução diferenciada entre os bens e os serviços e no segundo trimestre, os preços de importação dos bens cresceram face ao período homólogo (7,1% para o total de bens e 2,6% excluindo energéticos), após as quedas observadas desde o início da pandemia. Em Portugal, a tendência de aumento dos preços de produção na indústria é relativamente generalizada, mas salientam-se os bens intermédios e energéticos.

Em 2021, a economia portuguesa continua o processo de recuperação iniciado no terceiro trimestre de 2020, sendo que apesar da ação das medidas de apoio à liquidez das empresas ter sido crucial, poderá ter adiado o necessário ajustamento de algumas empresas. Este processo de ajustamento continua a requerer o apoio das políticas económicas, bem como o esforço de capitalização das empresas para que retomem em pleno as suas atividades.

**Num contexto em que os apoios associados à pandemia são mais direcionados para os setores ainda afetados e para as empresas viáveis, o crescimento sustentado da atividade passa por garantir a preservação da capacidade produtiva e pela reafetação eficiente dos recursos. Os desafios mais próximos, já a partir de 2022, incluem a continuada redução do endividamento, em particular do setor público, a utilização eficiente dos recursos financeiros colocados à disposição do país através do Plano de Recuperação e Resiliência e a necessária reafetação de recursos físicos e humanos em resposta à transição digital e climática. O período recessivo de 2020 teve características únicas, mas também uma resposta das políticas económicas sem precedentes em Portugal e na Europa. A adaptação destas políticas e o sucesso do país na resposta a estes desafios contribuirão para uma expansão da atividade mais forte do que a projetada antes da crise e para uma retoma da convergência com a área do euro.**

*(fonte: banco de Portugal)*

Os municípios portugueses, e Chaves não foi exceção, contribuíram largamente, na adoção de medidas atinentes à minimização do impacto económico, social e em matéria de saúde pública, em estreita colaboração com as entidades de saúde locais. Algumas dessas medidas já se encontram extintas, por força da retoma da atividade económica embora outras ainda estejam em vigor até final do ano de 2021, muito em particular no que diz respeito ao apoio direto às famílias:

- a) Disponibilização de meios de diagnóstico à COVID19, através da instalação do Centro de Diagnóstico, no edifício do Centro de Convívio de Chaves, por forma a, em paralelo às unidades de saúde pública, possibilitar, com celeridade, o aumento substancial da testagem à população;
- b) Disponibilização e distribuição de máscaras comunitárias à população flaviense e corporações de bombeiros, bem como a operacionalização de medidas de reforço da higienização dos espaços públicos, com a colaboração das Corporações de Bombeiros Voluntários do Concelho;
- c) Desagravamento de taxas, impostos e preços municipais aos munícipes, empresários e empresas, bem como a fixação de moratórias no pagamento de serviços e taxas municipais;
- d) Criação do Fundo de Emergência Social destinado a apoiar famílias carenciadas que viram os seus rendimentos habituais diminuídos por força da pandemia, através da distribuição de cabazes de bens de primeira necessidade, adquiridos pela Autarquia, no comércio local;
- e) Criação do gabinete “Chaves Empreende”, através do qual o Município disponibilizou meios humanos e técnicos para apoio à instrução e formalização dos requerimentos destinados à atribuição dos referidos benefícios fiscais, bem como eventuais esclarecimentos de dúvidas quanto aos requisitos de acesso ao *layoff* determinado pelo Governo português;
- f) Criação do Chaves Solidário, materializado na atribuição de “voucher solidário” a famílias em comprovada situação de carência, para aquisição de géneros alimentares e produtos de higiene, a adquirir no comércio local;
- g) Criação do “apoio ao empresário”, até ao montante máximo de 1.000.000,00€, seja empresário em nome individual ou coletivo, materializado pela atribuição de apoio financeiro direto, na sequência de análise das respetivas candidaturas e evidência de perda de faturação superior a 20%, face ao exercício anterior.

O Município de Chaves continuará a apoiar todos os setores da comunidade flaviense, no

âmbito das suas atribuições e competências, reinventando-se, também, na busca das melhores soluções de recuperação dos danos sequentes à pandemia, num compromisso sério de apoio aos que ficaram mais fragilizados pelo seu impacto, reforçando, em primeira linha, meios de comunicação céleres, assertivos e eficazes, tendo em vista a sensibilização dos munícipes, para a importância em manter a prevenção, e da adoção rigorosa de medidas de higienização, distanciamento social e do estrito cumprimento das orientações emanadas pela Autoridade de Saúde.

Espera-se que no ano de 2022, toda a atividade económica, social e cultural, venha a funcionar em pleno, recuperando-se o dinamismo e o pulsar vibrante da cidade, a que os munícipes e turistas já se vinham habituando a sentir, retomando tudo aquilo que a covid19 nos impediu de viver.

A presente proposta de orçamento materializa a vontade do Município em canalizar verbas para dar continuidade ao apoio à comunidade, pela conclusão de inúmeros projetos de investimento, a maioria inseridos no leque das operações do Portugal 2020 e pelo início de outros, a contemplar no âmbito do PRR e/ou a desenvolver através de capitais exclusivamente próprios, na senda do desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida dos flavienses, com o intuito em colocar Chaves na vanguarda da inovação e crescimento.

## **1.2 - Prioridades estratégicas do Município**

### **Estratégia para o novo ciclo de desenvolvimento (2022 – 2026)**

Os últimos quatro anos de governação autárquica, que estiveram em avaliação política por parte dos eleitores flavienses, no último ato eleitoral, ficaram marcados, de forma indelével, pois duas condicionantes, uma interna, relacionada com a grave situação financeira do município, e a outra externa, a pandemia da Covid-19, e respetivos efeitos nefastos ao nível da saúde pública, da economia e da área social.

A grave situação económico-financeira que o município de Chaves atravessava no início do mandato, que agora cessa, traduzida na dívida total de 42 milhões de euros, nos encargos financeiros anuais de quase um milhão de euros e a incapacidade de endividamento, condicionou, de forma severa, a concretização de alguns dos projetos e ações que faziam, e ainda fazem, parte dos nossos compromissos autárquicos, por continuarem a ser absolutamente necessários para o nosso bem estar coletivo e o desenvolvimento humano e social dos membros da comunidade flaviense.

Neste domínio, avançamos muito, recuperamos a nossa autonomia de planeamento e gestão

financeira, pois deixamos de estar em situação de saneamento financeiro, reduzimos a dívida total do município para valor inferior a 25 milhões de euros, são, portanto, menos 17 milhões de dívida, reduzimos drasticamente os encargos financeiros em mais de 850 mil euros, e reganhamos a capacidade de endividamento que, agora, se concretiza em mais de 22 milhões de euros.

Hoje o município de Chaves é uma instituição respeitada pelos seus parceiros, que acede às melhores condições contratuais do mercado, e cumpre com todos os compromissos que assume, a tempo e horas, em média em prazo não superior a quinze dias.

Estes são, seguramente, um dos muitos sinais/evidências do “Rumo Certo” que queremos continuar a empreender. Não porque entendamos que a redução da dívida e dos encargos municipais, que são responsabilidade indireta de todos, é um fim em si mesmo, mas antes porque acreditamos que finanças municipais sustentáveis são condição necessária e indispensável para afirmarmos o nosso futuro coletivo.

A segunda condicionante relevante da gestão autárquica vivida na segunda metade do mandato que agora cessa, está relacionada com os efeitos decorrentes da pandemia da Covid-19, na nossa comunidade, nas dimensões de saúde, da economia e do social.

O município de Chaves, aliás como presumo todas as autarquias do país, esteve sempre do lado das famílias e das empresários, procurando, sempre, as soluções possíveis para os efeitos de uma pandemia desconhecida, que provocava, de forma silenciosa, danos, muitas vezes irreversíveis, na saúde e bem estar das pessoas, e, depois, por força da paragem forçada da economia, efeitos nefastos no emprego e no rendimento disponível das pessoas, das empresas e das instituições, em particular nas de âmbito social.

Desde a primeira hora que o município de Chaves mobilizou recursos e meios para minorar/mitigar muitos desses efeitos, fosse na saúde, disponibilizando equipamentos de proteção individual a distintas instituições públicas e privadas, fazendo a higienização do espaço público, assegurando condições idóneas para, primeiro, para a realização de testes à Covid-19, e, depois, para a vacinação em massa da população flaviense. Fosse no domínio da proteção social dos mais frágeis das nossas comunidades, apoiando na alimentação e bens de primeira necessidade, nos medicamentos, na habitação e noutros bens essenciais. Fosse ainda no domínio económico, com programas de apoio robustos às empresas e aos empresários locais, redução de preço de serviços essenciais, de taxas municipais, e de apoio financeiro a fundo perdido.

Mas a pandemia, que esperamos não tenha nenhum revés e, assim, a possamos superar definitivamente, exigiu de nós, de todos nós, uma redefinição, ainda temporária, das nossas prioridades individuais e coletivas, o mesmo aconteceu com a gestão autárquica.

Agora é tempo de retomarmos, ainda com maior empenho e determinação, a concretização dos projetos coletivos que enformam o nosso compromisso autárquico. De fazer o que ficou inacabado ou mesmo não iniciado no mandato anterior.

É tempo de prosseguir nos processos de eficiência financeira, dos sistemas de água e saneamento e de eficiência energética, que nos permita tornar mais sustentável a gestão autárquica e, assim, podermos aumentar a qualidade dos serviços públicos, ao menor custo.

Por razões ambientais, mas também de sustentabilidade económico-financeira das finanças do município, temos de continuar a fazer relevantes investimentos nos sistemas de água e de saneamento, que nos permitam reduzir as relevantes perdas ainda evidenciadas nesses sistemas, apesar dos avanços alcançados no último mandato autárquico, sobretudo na água, pois reduzimos as perdas em cerca de 20%, passando de 70%, para 50%, mas ainda há muito caminho para percorrer.

Porém, se formos bem-sucedidos nesse objetivo, poderemos ambicionar, no futuro, reduzir o preço da água e do saneamento, sem comprometer a sustentabilidade económica e financeira do município de Chaves.

É tempo de prosseguirmos na estratégia de atração de investimentos e dinamização do tecido empresarial local, centrada na requalificação e modernização da área de acolhimento empresarial e na formação qualificada dos nossos recursos humanos.

Para a consecução desse objetivo estratégico o município de Chaves já manifestou interesse, através de candidatura, no pretérito mês de setembro, a aviso aberto pela CCDR-N, no valor de mais de 12 milhões de euros. Apesar de ser um aviso concorrencial, e o número de candidaturas a aprovar ser muito reduzido, estamos convencidos, fundamentadamente convencidos, que poderemos ser bem-sucedidos, e, assim, podermos melhorar e potenciar e estabilidade energética da nossa área de acolhimento empresarial e dotá-la de Internet de última geração, ou seja, do 5-G.

A melhor forma de respondermos ao desafio geracional, que é reverter o despovoamento do interior, é incrementarmos as condições de empregabilidade existente no nosso território, desafio que só será superado com sucesso se existir compromisso sólido e solidário entre as diferentes instituições públicas e privadas, de âmbito local, supra municipal e nacional, mas sobretudo do querer e da vontade das nossas empresas e dos nossos empresários.

Temos de prosseguir no domínio da coesão territorial e social no nosso concelho, não podemos deixar ninguém para trás, descuidado ou abandonado. O nível de evolução e desenvolvimento humano e social de um país, de um concelho, é aferido pela forma como consegue concretizar a justiça e a igualdade social.

Assim, vamos melhorar as políticas e ações sociais de âmbito social, com enfoque particular na dimensão da habitação, através, sobretudo, da resposta de habitação social.

Como é do conhecimento da generalidade dos presentes no mandato que agora cessa requalificamos o edificado social existente no bairro dos Fortes, composto por treze moradias, encontrando-se em fase de concretização física a requalificação dos bairros sociais dos Aregos e de Casas dos Montes, o que representa, no seu conjunto, um investimento municipal de vários milhões de euros.

Vamos, neste mandato que agora se inicia, proceder à requalificação do bairro dos fortes ou, como também é conhecido, do bairro verde, no âmbito de contrato celebrado com o IRHU, no passado mês de junho, na sequência de candidatura bem-sucedida ao 1.º Direito, programa de âmbito nacional criado pelo atual governo, que visa erradicar a habitação indigna. Esta solução de financiamento permitirá não só requalificar as partes comuns dos edifícios que compõem esse bairro, mas também o interior das habitações, independentemente se serem do município ou privados.

Vamos, portanto, nos próximos quatro anos, fazer, no nosso concelho, investimentos muito relevantes em matéria de habitação social, que poderá superar os 17 milhões de euros, se agregarmos o potencial de investimento público e o privado.

Prosseguir no reforço de afirmação do potencial de planeamento e gestão ao nível da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega, que permitiu, nos últimos anos, especialmente nos últimos quatro anos, resultados auspiciosos, nos domínios da proteção civil, do empreendedorismo, da capacitação de empresários e empresas, do turismo, da educação, da ciência e investigação, mas sobretudo no domínio da definição da estratégia comum para este território.

Destarte, o caminho, o nosso caminho, deve ser o da cooperação e do compromisso simbiótico e não o do egoísmo e isolacionismo territorial.

Ainda no domínio da cooperação territorial, devemos aprofundar e incrementar o relacionamento institucional entre a CIM do Alto Tâmega e a Euro-cidade Chaves-Verin, em diferentes domínios, designadamente no âmbito da proteção civil, do turismo, saúde, da mobilidade e transportes, do ambiente e da cidadania transfronteiriça.

Este processo de cooperação transfronteiriça deverá, desejavelmente, culminar na integração da CIM-AT, na Euro-cidade Chaves-Verin. No entanto, essa é uma decisão que só poderá ser tomada se existir a vontade unânime de todos.

A relevância crescente dos processos de integração territorial de índole transfronteiriça, nos diferentes modelos e formatos institucionais, poderá propiciar, no próximo quadro de fundos

europeus, no que concerne ao Interreg, propiciar condições para o financiamento de projetos e ações de relevo para os respetivos territórios, do domínio ambiental e turístico.

É, no contexto da Euro-Cidade Chaves-Verín, agora que quadro estratégico de referência se centra no rio Tâmega, e nas suas múltiplas incidências, que devemos promover a aprovação de um mega projeto que possa requalificar e valorizar esse rio internacional, desde a nascente, em San Mamede, concelho de Laza, até ao limite do concelho de Chaves, na dimensão ambiental, paisagística e turística.

O sucesso de tal iniciativa estará dependente dos compromissos e parcerias que se possam concretizar entre os diferentes atores com responsabilidade nesta matéria, designadamente, do lado espanhol, da Confederación Hidrográfica del rio Duero, e do lado português, do Ministério do Ambiente (APA) e Ministério de Agricultura, bem como da Associação dos Regantes da Veiga de Chaves.

As linhas orientadoras do nosso mandato autárquico, estarão centradas na COESÃO SOCIAL e TERRITORIAL, no INVESTIMENTO/EMPREGO, na CONSTRUÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, ESPAÇOS PÚBLICOS E REDE DE MOBILIDADE URBANA E RURAL, mas sobretudo a QUALIFICAÇÃO HUMANA.

Mas também no AMBIENTE, no TURISMO e no TERMALISMO, como aliás não poderia deixar de ser pela centralidade estratégia que o recurso água, em particular a água mineral natural, água termal, encerra para o desenvolvimento do nosso concelho e, também, para todo o Alto Tâmega. Água é saúde, é turismo e bem-estar, é energia, é desporto, é agricultura, é ciência e inovação, é, a pedra angular, da nossa estratégia comum.

## **II - MAPAS ANEXOS E RESPETIVA ANÁLISE**

A 11 de setembro de 2015, foi publicado o Decreto-Lei n.º 195/2015, que instituiu o Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas (SNC-AP), e revoga o POCAL a 01 de janeiro de 2020, com exceção dos Pontos 2.9, 3.3 e 8.3.1., relativos, respetivamente, ao controlo interno, às regras previsionais e às modificações orçamentais.

Nos termos do n.º 1 da NCP 26, do parágrafo 17 da NCP 1, ambas previstas no SNC-AP, e do n.º 1, do art.º 46º do RFALEI, os documentos previsionais a adotar pela Autarquia Local compreendem:

1. Demonstrações Previsionais previstas na NCP 26, do SNC-AP e n.º 1, do art.º 46º, do RFALEI:

- 1.1. Orçamento, enquadrado num plano orçamental plurianual;
  - 1.2. Plano Plurianual de Investimentos (PPI);
  - 1.3. Atividades Mais Relevantes (AMR´s).
2. Demonstrações Financeiras Previsionais, previstas no parágrafo 17, da NCP1, do SNC-AP:
    - 1.1. Balanço previsional;
    - 1.2. Demonstração dos resultados previsional, por natureza;
    - 1.3. Demonstração dos fluxos de caixa previsional.

Conjugado com o preceituado na alínea e) n.º 1 do art.º 46 do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI), deve incluir-se a proposta das **Grandes Opções do Plano (GOP), onde são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico que incluem o Plano Plurianual de Investimentos e as Atividades Mais Relevantes.**

As demonstrações previsionais, são assim, o reflexo financeiro das políticas públicas que se pretendem aplicar, traduzindo de que forma e em que montante se prevê arrecadar recursos e os fins previstos para a sua utilização.

O Plano Plurianual de Investimentos engloba a informação de cada projeto de investimento, considerando-se este como o conjunto de ações inter-relacionadas, delimitadas no tempo, com vista à concretização de um objetivo que contribua para a formação bruta de capital fixo, bem como as respetivas fontes de financiamento, de acordo com os objetivos estabelecidos pela Autarquia.

O Plano de Atividades Municipal, reflete o conjunto de atividades que, não sendo de investimento, mas sim de atividades correntes, constituem as mais relevantes da gestão autárquica, expondo a necessidade de previsão de despesas a realizar.

O orçamento apresenta, nos termos da NCP 26, a previsão anual das receitas e das despesas, processada de acordo com o método das partidas dobradas, devendo para o efeito ser considerada a classe de contas apresentada no seu parágrafo 37 e a sua elaboração deve obedecer aos princípios e regras da NCP 26, bem como às regras orçamentais inscritas nos artigos 40.º a 47.º do RFALEI e, bem assim, na parte não revogada do POCAL.

O presente orçamento inclui, ainda, os seguintes elementos, nos termos do número do artigo 46º do RFALEI:

- a) Relatório com a apresentação e a fundamentação da política orçamental proposta, incluindo a identificação e descrição das responsabilidades contingentes;

- b) Mapa resumo das receitas e despesas da autarquia local, que inclui, no caso dos municípios de forma autónoma, as correspondentes verbas dos serviços municipalizados, quando aplicável;
- c) Mapa das receitas e despesas, desagregado segundo a classificação económica a que acresce, de forma autónoma, o dos serviços municipalizados, quando aplicável;
- d) Articulado que contenha às medidas para orientar a execução orçamental;
- e) A proposta das grandes opções do plano, compostas pelas atividades mais relevantes e plano plurianual investimentos, com nota explicativa que a fundamenta, a qual integra a justificação das opções de desenvolvimento estratégico, a sua compatibilização com os objetivos da política orçamental e a descrição dos programas, incluindo projetos de investimento e atividades mais relevantes da gestão.

O Orçamento Municipal inclui ainda, para além dos mencionados em legislação especial, os seguintes anexos:

- a) Orçamentos dos órgãos e serviços do Município com autonomia financeira;
- b) Orçamentos, quando aplicável, de outras entidades participadas em relação às quais se verifique o controlo ou presunção do controlo pelo município, de acordo com o art.º 75.º do RFALEI, na sua atual redação;
- c) Mapa das entidades participadas pelo Município, identificadas pelo respetivo número de identificação fiscal, incluindo a respetiva percentagem de participação e o valor correspondente.

## **2.1 – Nota Explicativa às Demonstrações Previsionais**

Os documentos Previsionais para 2022-2026, foram elaborados no cumprimento das seguintes disposições legais e orientações técnicas tutelares:

- a) Decreto-Lei nº192/2015, de 11 de setembro, que instituiu o Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas (SNC-AP), na sua atual redação;
- b) Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL), na parte não revogada pelo SNC-AP (pontos 2.9, 3.3 e 8.3.1), na sua atual redação;
- c) Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI), na sua atual redação;
- d) Instrução 1/2019, de 6 de março, do Tribunal de Contas (TC);

As demonstrações previsionais elaboradas e apresentadas para apreciação e aprovação aos órgãos municipais competentes, para o período de 2022-2026, traduzem-se nos seguintes documentos:

- a) Demonstrações Previsionais previstas na NCP 26, do SNC-AP e nº 1, do art.º 46º, do RFALEI:
- ✓ Orçamento, enquadrado num plano orçamental plurianual;
  - ✓ Plano Plurianual de Investimentos (PPI);
  - ✓ Atividades Mais Relevantes (AMR 's).
- b) Demonstrações Financeiras Previsionais, previstas no parágrafo 17, da NCP1, do SNC-AP:
- ✓ Balanço previsional;
  - ✓ Demonstração dos resultados previsional, por natureza;
  - ✓ Demonstração dos fluxos de caixa previsional.

Tratando-se da segunda vez que o Município de Chaves elabora documentos previsionais de acordo com as disposições constantes do SNC-AP (incluindo Plano das Atividades Mais Relevantes, prevista no RFALEI), as quais determinam a elaboração de instrumentos previsionais plurianuais, num horizonte orçamental de 4 anos e considerando, ainda, não se encontrar disponibilizada, no aplicativo informático de suporte à contabilidade autárquica, a totalidade das demonstrações previsionais exigíveis, verificou-se um esforço acrescido na elaboração manual, de um conjunto de documentos, por forma a adequar os modelos à nova estrutura consagrada nas disposições legais aplicáveis.

**Face ao exposto, importa identificar os pressupostos que estiveram subjacentes à elaboração das demonstrações orçamentais previsionais, no que à plurianualidade dos mesmos diz respeito e, bem assim, aqueles que estiveram na génese da construção das demonstrações financeiras previsionais, a 31/12/2021 e 31/12/2022.**

**Assim, quanto à projeção plurianual (2023-2026), das demonstrações orçamentais:**

- a) Orçamento da despesa, enquadrado num plano plurianual:
- ✓ Anos (2023-2026) = aplicado, sobre o cálculo aferido para 2022, um indexante de **1,0%**, de acordo com previsões governamentais quanto à evolução do IPC (índice Preços do Consumidor), projetadas pelo Banco de Portugal.

**Exceções aos pressupostos aplicados:**

- ✓ As rubricas da despesa referente ao serviço da dívida de EMLP 03\* (juros de

EMLP) e 10\* (Passivos financeiros - Amortizações de EMLP) foram dotadas com os valores constantes dos Planos de Encargos apresentados pelas respetivas instituições bancárias, aquando da contratualização de cada EMLP, sem prejuízo de eventuais oscilações futuras que venham a ocorrer no mercado financeiro;

- ✓ Manutenção, para anos seguintes, das dotações inscritas em 2022, em rubricas com valor residual de 100€;
- ✓ Plano Plurianual de Investimentos, nas ações para as quais se prevê a sua conclusão no período 2022, colocando-se, por conseguinte, o valor conhecido em função da expectativa face ao horizonte temporal da respetiva execução física;
- ✓ Plano Plurianual de investimentos, nos anos de 2023-2026 - foi considerado valor previsional em cada ação de natureza genérica, de acordo com a respetiva funcional, tendo em vista acomodar futuros investimentos, de acordo com a estratégia municipal e, que serão, a seu tempo, integrados em ação específica.

b) Orçamento da receita enquadrado num plano plurianual:

- ✓ Anos (2023-2026) = aplicado, sobre o cálculo aferido para 2022, um indexante de **1,0%**, de acordo com previsões governamentais quanto à evolução do IPC (índice Preços do Consumidor), projetadas pelo Banco de Portugal.

**Quanto à projeção a 31/12/2021 das desmonstrações financeiras e** tendo por base os valores executados a 31/10/2021, aplicou-se uma extrapolação para 31/12/2021, mediante média aritmética simples ( $x/10 \text{ meses} \times 12$ ), identificando-se, assim, o valor médio anual por rubrica.

**Quanto à projeção a 31/12/2022 das desmonstrações financeiras,** para aferir a posição a 31/12/2022, aplicou-se um indexante de **-9,14% (\*)**, ao valor apurado a 31/12/2021, calculado segundo descrito no ponto anterior;

**Outros mapas legalmente exigíveis:**

- a) Mapa de Ativos e Passivos Contingentes – foi considerada, como data previsível de Exfluxo, informação recolhida do mapa de processos judiciais em curso, elaborado pelo consultor jurídico da autarquia, bem como negociações pré-contratuais estabelecidas com as partes envolvidas;
- b) Mapa das Entidades Participadas – Societárias e Não Societárias - a informação constante no mapa considera o valor previsto das participações a 31/12/2022, sendo

que, no caso das entidades em que é aplicado o Método de Equivalência Patrimonial, foi feita a projeção considerando o histórico da atualização do valor da participação realizado nos anos anteriores;

- c) QPPO – Quadro Plurianual Orçamental – A elaboração dos orçamentos anuais é enquadrada num quadro plurianual de programação orçamental e tem em conta as projeções macroeconómicas que servem de base ao Orçamento do Estado.

O QPPO delimita, numa base móvel que abranja os quatro exercícios seguintes:

- Os Limites para a despesa do município;
- As projeções da receita discriminadas entre as provenientes do Orçamento do Estado e as cobradas pelo município.

Os limites constantes do QPPO são vinculativos para o ano do exercício económico do orçamento e indicativos para os restantes, e traduzem os montantes das despesas e despesas totais para os 4 exercícios económicos, constantes das demonstrações previsionais orçamentais.

**(\*) - Fórmula de cálculo para fixação do indexante de -9,14%**

Projeção orçamento 2021 (x/10*12)	
receita executada total a 31/10/2021	receita executada total a 31/12/2021
37 516 879,25 €	45 020 255,10 €

determinação do indexante a considerar a 31/12/2022	
previsões corrigidas 2021	orçamento final (extrapolado)
59 796 329,03 €	45 020 255,10 €
previsões iniciais 2022	orçamento final 2022
50 923 237,31 €	40 905 102,50 €
saldo de gerência previsional de 2021 a transitar para 2022	indexante a considerar
3 407 307,08 €	-9,14%
previsões corrigidas pelo SG	
54 330 544,39 €	

## **2.2 – Orçamento enquadrado num Plano Orçamental Plurianual**

A gestão económica e financeira do Município assenta no pressuposto de que a atividade a desenvolver tem subjacente o cálculo, à priori, das receitas e das despesas. O Orçamento é assim um quadro de natureza contabilística, onde são previstas todas as receitas que a Autarquia pretende arrecadar e as despesas que pretende realizar num ano civil, sendo que, com a entrada em vigor no SNC-AP, o Orçamento passa a ser elaborado como um Orçamento, enquadrado num **plano orçamental plurianual, para um horizonte de 4 anos**.

Assenta em três funções: a Função Económica, a Função Política e a Função Jurídica. A primeira, é expressa num quadro que apresenta as previsões de receitas e despesas, a segunda traduz-se numa autorização para arrecadar receitas e afetá-las aos encargos decorrentes da execução dos projetos e ações, a terceira é uma função reguladora do poder do órgão Autárquico, que vai executar o Orçamento nos termos da lei vigente.

Este documento apresenta a previsão anual das receitas e das despesas, bem como as previsões plurianuais, de acordo com o código de contas da classificação económica em vigor para as Autarquias Locais, constante do classificador aprovado pelo Decreto-Lei nº 26/2002, de 14 de fevereiro, na adaptação feita às autarquias locais, não obstante, os mapas a submeter aos Órgãos Municipais competentes, sejam apresentados de forma agregada e por rubricas de relato, nos termos do SNC-AP.

### **2.2.1 – Resumo do Orçamento**

A previsão das Receitas e das Despesas para **2022** e seguintes, encontra-se traduzida no seguinte quadro, o qual resume a distribuição dos montantes segundo a natureza da Receita e da Despesa – Corrente e Capital.



Resumo do Orçamento						
	Orçamento 2022		Plano orçamental plurianual			
Designação	Período	Soma	2023	2024	2025	2026
Receita corrente	36 638 964,77 €	36 638 964,77 €	37 005 354,42 €	37 375 407,97 €	37 749 160,04 €	38 126 653,65 €
Receita de capital	13 236 525,90 €	13 236 525,90 €	6 228 647,03 €	5 740 393,15 €	4 567 894,72 €	4 195 671,31 €
Receita efetiva [1]	49 875 490,67 €	49 875 490,67 €	43 234 001,45 €	43 115 801,12 €	42 317 054,76 €	42 322 324,96 €
Receita não efetiva [2]	1 047 746,64 €	1 047 746,64 €	547 746,64 €			
<b>Receita total [3] = [1] + [2]</b>	<b>50 923 237,31 €</b>	<b>50 923 237,31 €</b>	<b>43 781 748,09 €</b>	<b>43 115 801,12 €</b>	<b>42 317 054,76 €</b>	<b>42 322 324,96 €</b>
Despesa corrente	29 140 479,58 €	29 140 479,58 €	27 260 164,24 €	28 640 146,07 €	28 998 557,86 €	29 409 538,72 €
Despesa de capital	19 438 585,77 €	19 438 585,77 €	14 133 971,72 €	12 117 994,00 €	11 110 269,26 €	10 778 834,83 €
Despesa efetiva [4]	48 579 065,35 €	48 579 065,35 €	41 394 135,96 €	40 758 140,07 €	40 108 827,12 €	40 188 373,55 €
Despesa não efetiva [5]	2 344 171,96 €	2 344 171,96 €	2 387 612,13 €	2 357 661,05 €	2 208 227,64 €	2 133 951,41 €
<b>Despesa total [6] = [4] + [5]</b>	<b>50 923 237,31 €</b>	<b>50 923 237,31 €</b>	<b>43 781 748,09 €</b>	<b>43 115 801,12 €</b>	<b>42 317 054,76 €</b>	<b>42 322 324,96 €</b>
Saldo total [3] - [6]						
Saldo global [1] - [4]	1 296 425,32 €	1 296 425,32 €	1 839 865,49 €	2 357 661,05 €	2 208 227,64 €	2 133 951,41 €

Sendo o Orçamento inicial o orçamento inicialmente aprovado para o período contabilístico, do qual constam, resumidamente, as dimensões que concorrem para o seu saldo global, importa elencar os seguintes conceitos, em linguagem SNC-AP:

- A previsão inicial de receita, é a quantia escriturada em cada rubrica de receita no orçamento inicialmente aprovado pelo órgão competente, constituindo os recursos a obter pela entidade pública, relativamente a uma dada natureza de receita, para um dado período contabilístico.
- A Receita efetiva, corresponde às quantias recebidas que aumentam caixa e equivalentes de caixa, sem gerarem obrigações orçamentais.
- A Dotação inicial, é a quantia escriturada em cada rubrica de despesa no orçamento inicialmente aprovado pela entidade competente para pagamento de compromissos e obrigações transitadas de períodos contabilísticos anteriores ou assumidos no período contabilístico corrente. Constitui o limite máximo de recursos financeiros alocados por uma entidade pública a uma dada natureza de despesa, para um dado período contabilístico.
- A Despesa efetiva, corresponde à despesa total deduzida da despesa com ativos e passivos financeiros de natureza orçamental.
- A Despesa de ativos financeiros orçamentais, constituem operações financeiras quer com a aquisição de títulos de crédito, incluindo obrigações, ações, quotas e outras formas de participação, quer com a concessão de empréstimos e adiantamentos ou subsídios reembolsáveis.

- A Despesa de passivos financeiros orçamentais, constituem operações financeiras, englobando as de tesouraria e as de médio e longo prazos, que envolvam pagamentos decorrentes quer da amortização de empréstimos, titulados ou não, quer da regularização de adiantamentos ou de subsídios reembolsáveis, quer, ainda, da execução de avales ou garantias, bem como os prémios ou descontos que possam ocorrer na amortização dos empréstimos.
- Despesa primária, corresponde à despesa efetiva deduzida dos juros pagos.
- Despesa total, corresponde à despesa efetiva adicionada da despesa resultante de ativos e passivos financeiros.

Por fim,

- Saldo corrente, corresponde à diferença entre receitas correntes e despesas correntes.
- O Saldo de capital, corresponde à diferença entre receitas de capital e despesas de capital.
- O Saldo global, corresponde à diferença entre receita efetiva e despesa efetiva.
- Saldo primário, corresponde à diferença entre a receita efetiva e a despesa efetiva deduzida dos juros.

O quadro seguinte traduz a variação da poupança corrente gerada em sede de **elaboração** dos Documentos Previsionais do ano de **2020, 2021** e a prevista para **2022**:

	Receitas Correntes	Despesas Correntes	Poupança Corrente
2020	31 363 287,04 €	25 152 874,63 €	6 210 412,41 €
2021	34 598 646,81 €	25 493 888,68 €	9 104 758,13 €
2022	36 638 964,77 €	29 140 479,58 €	7 498 485,19 €

## 2.3 – Demonstração Orçamental Previsional da Receita

### 2.3.1 – Receita Corrente

Previsão inicial de receita é a quantia escriturada em cada rubrica de receita no orçamento inicialmente aprovado pelo órgão competente. Constitui os recursos a obter por uma entidade pública relativamente a uma dada natureza de receita, para um dado período contabilístico.

As receitas correntes aumentam o ativo financeiro do Município e reduzem o património não duradouro, isto é, aquele, cujos elementos estão subordinados às Autarquias Locais por período inferior a um ano. Provêm de ganhos do período orçamental e esgotam-se no período

de um ano e são aquelas que habitualmente se renovam em todos os períodos de relato.

Para cumprimento da regra previsional prevista na alínea a) do ponto 3.3.1, do POCAL (**parte não revogada pelo SNC-AP**), a qual determina que “...as importâncias relativas aos impostos, taxas e tarifas a inscrever no orçamento não podem ser superiores a metade das cobranças efetuadas nos últimos 24 meses que precedem o mês da sua elaboração, exceto no que respeita a receitas novas, bem como do regulamento de taxas e tarifas que já tenham sido objeto de deliberação, devendo então, juntar-se ao orçamento os estudos ou análises técnicas elaboradas para determinação dos seus montantes”, foram apurados e determinados os montantes a prever para o **exercício de 2022**, respeitante aos agrupamentos **“01 – Impostos Diretos”, “02 – Impostos Indiretos” e “04 – Taxas, Multas e Outras Penalidades”**.

**Para efeitos de dotação orçamental das rubricas referidas, considerou-se como princípio de boa gestão previsional, a assunção, para o exercício de 2022 dos valores liquidados e não cobrados relativos a taxas de ocupação de subsolo e espaço aéreo e respetivos juros moratórios, cujos documentos emitidos em nome das diversas operadoras sedeadas no Concelho de Chaves, já foram objeto de decisão judicial.**

Quanto ao agrupamento **“05 – Rendimentos de propriedade”**, foi utilizado o método previsional da média dos últimos exercícios, cuja receita respeita a juros credores provenientes de depósitos bancários e ainda a rendas de ativos não produtivos, designadamente terrenos, edifícios e utilização de bens de domínio público.

Ainda neste agrupamento, e domiciliada nas rubricas económicas 05.07.03.03 e 05.07.99.01 encontra-se prevista receita proveniente da E.H.A.T.B., resultante da distribuição de dividendos das seguintes sociedades participadas, cujos valores vieram a ser comunicados pela referida empresa, via ofício refa. 2021/730, de 20/10/2021:

- a) E.H.A.T.B., E.I.M., S.A.;
- b) Eólica de Montenegro, S.A.;
- c) Eólica da Serra das Alturas, S.A.;
- d) Eólica da Padrela, Lda.;
- e) Eólica do Barroso;
- f) Eólica de Atilhó, Lda..
- g) Atberg, Élicas do Tâmega, Lda.

Também se encontra registada neste agrupamento, a receita proveniente das rendas de concessão pagas trimestralmente pela E-redes – Distribuição de Eletricidade, S.A, e decorrentes da utilização dos ativos municipais, legitimada pela transmissão de direitos da

autarquia destinados à gestão e exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica em baixa tensão no concelho.

Relativamente às importâncias provenientes de transferências no âmbito da participação nos impostos do Estado, determina a regra previsional prevista no ponto 3.3.1 do POCAL que *“até à publicação do Orçamento de Estado para o ano a que respeita o orçamento autárquico, as importâncias relativas às transferências financeiras, a título de participação das autarquias locais nos impostos do Estado não podem ultrapassar as constantes do orçamento de Estado em vigor, atualizadas com base na taxa de inflação prevista.”*

Habitualmente é derogada a regra previsional constante na alínea c) do ponto 3.3.1. do POCAL considerando as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, utilizando-se, para o efeito as previsões constantes da Proposta de lei de orçamento de Estado, para o ano seguinte. Contudo, verificando-se a não aprovação de tal proposta de lei, vieram a ser utilizados os montantes consagrados para o exercício de 2021, aprovados na Lei de Orçamento de Estado respetiva.

Transferências da Administração Central-Estado	2020	2021	2022	variação 2020/2021 (%)	variação 2021/2022 (%)
<b>Transferências Correntes - Estado</b>	<b>13 484 596,00 €</b>	<b>15 804 289,00 €</b>	<b>15 804 289,00 €</b>	<b>17,20%</b>	<b>0,00%</b>
Fundo de equilíbrio financeiro - corrente	11 387 607,00 €	13 481 851,00 €	13 481 851,00 €	18,39%	0,00%
Fundos Social Municipal	651 952,00 €	711 275,00 €	711 275,00 €	9,10%	0,00%
Participação no IRS	1 272 865,00 €	1 437 275,00 €	1 437 275,00 €	12,92%	0,00%
Participação no IVA	172 172,00 €	173 888,00 €	173 888,00 €	1,00%	0,00%
<b>Transferências de Capital - Estado</b>	<b>1 661 761,00 €</b>	<b>2 064 765,00 €</b>	<b>2 064 765,00 €</b>	<b>24,25%</b>	<b>0,00%</b>
Fundo de equilíbrio Financeiro - capital	1 273 826,00 €	1 497 983,00 €	1 497 983,00 €	17,60%	0,00%
Excedente - n.º3, art.º35, lei 73/2013	387 935,00 €	566 782,00 €	566 782,00 €	46,10%	0,00%

Foi considerada a receita decorrente do previsto no artigo 25º, nº 1, alínea d) da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual – *“participação de 7,5% na receita do IVA cobrado nos setores do alojamento, restauração, comunicações, eletricidade, água e gás”*.

Prevê ainda o artigo 26º-A da referida norma que, esta receita deverá ser *“distribuída pelos municípios proporcionalmente, determinada por referência ao IVA liquidado na respetiva circunscrição territorial, relativamente às referidas atividades”*.

Estas verbas assumem a natureza de transferência corrente, tendo sido inscritas no Mapa XII, da PLOE para 2021.

A título de transferência de capital, concorre a receita prevista no nº3 do art.º 35.º do RFALEI:

#### **Artigo 35.º**

##### **Variações máximas e mínimas**

1 - Da participação de cada município nos impostos do Estado, por via do FEF, do FSM e do IRS, não pode resultar:

a) Uma diminuição superior a 2,5 /prct. da participação nas transferências financeiras do ano anterior para os municípios com capitação de impostos locais superior a 1,25 vezes a média nacional em três anos consecutivos, nem uma diminuição superior a 1,25 /prct. da referida participação, para os municípios com capitação inferior a 1,25 vezes aquela média durante aquele período;

b) Um acréscimo superior a 5 /prct. da participação relativa às transferências financeiras do ano anterior.

2 - A compensação necessária para assegurar os montantes mínimos previstos na alínea a) do número anterior efetua-se pelos excedentes que advenham da aplicação da alínea b) do mesmo número, bem como, se necessário, mediante dedução proporcional à diferença entre as transferências previstas e os montantes mínimos garantidos para os municípios que tenham transferências superiores aos montantes mínimos a que teriam direito.

3 - O excedente resultante do disposto nos números anteriores é distribuído de acordo com os seguintes critérios:

a) 50 /prct., de forma proporcional, pelos municípios em que se registem reduções do montante global das transferências financeiras, em relação ao ano anterior;

b) 50 /prct., de forma proporcional, pelos municípios que não mantenham, em três anos consecutivos, uma CMMi de valor superior à CMN.

4 - O montante distribuído nos termos do número anterior não concorre para os crescimentos máximos e mínimos previstos no n.º 1, e assume natureza de transferência de capital nos anos em que ocorre.

Quanto às transferências provenientes da DGESTE, as mesmas dizem respeito às comparticipações no custo dos vencimentos das assistentes operacionais a desempenhar funções em diversos jardins-de-infância do concelho, a comparticipação nas refeições escolares, transportes escolares e ainda, apoio a atividades de animação e apoio à família.

Foram ainda contempladas verbas provenientes de outras transferências correntes e capital por outras entidades, em obediência pela regra previsional prevista na alínea c) do ponto 3.3.1. do POCAL, a qual determina que as mesmas “*só podem ser consideradas no orçamento em conformidade com a efetiva atribuição ou aprovação pela entidade competente, exceto quando se trate de receitas provenientes de fundos comunitários, em que os montantes das correspondentes dotações da despesa, resultante de uma previsão superior ao da receita do fundo comunitário aprovado, não podem ser utilizados como contrapartida de alterações orçamentais para outras dotações de despesa.*”.

A título de natureza corrente, encontram-se previstas receitas no âmbito da participação comunitária em projetos cofinanciados pelo FEDER, dizendo respeito a projetos já aprovados no âmbito do POCTEP – Eurocidade Chaves-Verín e, ainda, projetos no âmbito do FSE, em execução, designadamente:

- **“Promoção do Sucesso e Combate ao abandono escolar”;**
- **“Cultura para Todos – A Criatividade Eleva o espírito”;**
- **“Projetos Inovadores de Inclusão Social – Ateliers para a Vida”;**
- **“Ações de Intervenção e mitigação dos efeitos da pandemia COVID19 nos Lares de idosos”.**

Neste capítulo são, também, previstas receitas provenientes de Serviços e Fundos Autónomos, designadamente do IEFPP, relativamente a:

- **Programa “Estágios Profissionais”, “Programa Emprego-Inserção”, “Programa**

**Emprego – inserção +”, no âmbito do Plano de Obras – Turismo de Portugal e Protocolo de Cooperação celebrado com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em risco e o Programa de Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL).**

Relativamente ao Fundo Florestal Permanente, foi prevista verba decorrente de:

- **Programa de Apoio ao funcionamento das equipas de Sapadores.**

Ainda, proveniente do Turismo de Portugal, foi prevista dotação relativa ao reembolso de verba decorrente de:

- **Contrato de Concessão da exploração da zona de jogo de Vidago-Pedras Salgadas, para custear o funcionamento de sistemas de Requalificação Ambiental dos Municípios do Alto Tâmega.**

Proveniente do Ministério do Ambiente – Fundo Ambiental, encontra-se prevista verba decorrente de:

- **Operação “Estudo para o desenvolvimento de sistema de recolha de bio resíduos do Concelho de Chaves”.**

No âmbito do **Acordo de Colaboração celebrado com o IHRU – Instituto da habitação e da Reabilitação Urbana**, para o desenvolvimento do **Programa de Apoio ao Acesso à Habitação – 1.º Direito**, cujo prazo de execução abrange 6 anos, veio a ser contemplado, para um valor de investimento total de cerca de 5,9 M €, um montante de receita corrente, no valor de 16.320,00€ e de capital, com dotação de 95.963,49€, a executar neste primeiro ano de execução.

**De destacar ainda que para o desenvolvimento do projeto do 1.º Direito, o município beneficiará de um empréstimo de médio e longo prazo, com juros bonificados, de cerca de 2,4 M de euros.**

Proveniente da Câmara Municipal de Ribeira de Pena, contemplou-se uma verba referente aos resultados da produção de energia do aproveitamento Hidroelétrico do Rio Alvadia.

Relativamente ao agrupamento **“07- Vendas de Bens e Serviços Correntes”**, o mesmo domicilia receitas referentes ao produto da venda dos bens, inventariados ou não, que inicialmente não tenham sido classificados como bens de capital ou de investimento e ainda recebimentos de prestação de serviços, pela aplicação de preços idênticos aos custos de produção dos bens ou serviços vendidos.

Na venda de bens, foi efetuada uma previsão de receitas oriundas da venda de livros técnicos e documentação técnica, relacionados direta ou indiretamente com a atividade autárquica, bem

como o produto de cobranças provenientes de vendas ao sector particular ou empresarial de publicações e impressos.

Pela aplicação da média dos últimos exercícios e avaliação direta, foi apurado o montante previsto para **2022**.

Em “**Venda de Mercadorias**” foi estimada a receita proveniente da venda água ao domicílio, decorrente de contratos celebrados com os munícipes, mediante a aplicação de uma tarifa, de acordo com a respetiva natureza de consumidores e de acordo com os escalões previstos.

Na receita decorrente de serviços prestados, encontram-se previstos os montantes que respeitam a contratos de arrendamento ou aluguer esporádico de espaços ou equipamentos municipais. Nesta receita enquadra-se o serviço prestado relativo à recolha, depósito e tratamento de lixos dos Resíduos Sólidos Urbanos e limpeza urbana.

Encontra-se, ainda, prevista a receita proveniente dos passes escolares pagos pelos alunos beneficiários do serviço de transportes que o Município contratualiza com prestadores de serviços de Transportes Escolares. Foi aplicada a ponderação da média de arrecadação de receita dos últimos exercícios.

Em “**Trabalhos por Conta de Particulares**”, enquadram-se as receitas resultantes da venda de serviços prestados pela Autarquia, pela realização de trabalhos requisitados ou da responsabilidade de pessoas singulares ou coletivas, designadamente a reconstrução de passeios, demolições e outras obras e serviços. Foi aplicado o critério da média dos últimos exercícios.

Encontra-se também prevista a receita a arrecadar relativamente a “**Rendas**”, as quais abrangem os montantes provenientes do arrendamento de casas e de outros edifícios para fins habitacionais ou outros. Destacam-se neste capítulo, as receitas provenientes das Rendas de Habitação Social referente ao Bairro dos Aregos, Bairro dos Fortes, Bairro de Casas dos Montes e Bairro Social de Vidago.

Estes montantes são atualizados de acordo com a legislação reguladora – Decreto-Lei nº166/93 de 07 de maio.

Também se enquadram neste capítulo as Rendas de outros edifícios, património do Município e para fins não habitacionais (armazenagem, guarda ou arrecadação de artigos ou materiais, comércio ou indústria).

Proveniente da E.H.A.T.B. encontra-se, também, prevista receita pela exploração de Parques Eólicos, correspondente a 2,5% da sua produção.

Quanto ao Capítulo 08 – “**Outras Receitas Correntes**”, encontram-se domiciliadas verbas previstas arrecadar com receitas não tipificadas em artigo próprio do agrupamento,

designadamente indemnizações por deterioração, roubo e extravio de bens patrimoniais, indemnizações de estragos provocados por outrem em viaturas ou em qualquer outro equipamento da Autarquia e a eventual recuperação de IVA, de acordo com valor já apurado na declaração periódica de outubro de 2021.

Enquadra-se também, a receita proveniente do prolongamento do horário dos Jardins-de-Infância de Chaves e de Vidago, pago pelos alunos beneficiários, e, ainda, outras receitas correntes residuais.

O quadro seguinte traduz a variação da previsão de **2020** para **2022** por agrupamento da receita corrente:

VARIAÇÃO POR AGRUPAMENTO DA RECEITA CORRENTE					
COMPONENTE	2020	2021	2022	TX CRESCIMENTO 2020/2021	TX CRESCIMENTO 2021/2022
01 - IMPOSTOS DIRETOS	6 546 685,27 €	6 521 727,27 €	6 626 909,17 €	-0,38%	1,61%
02 - IMPOSTOS INDIRETOS	2 633 422,05 €	100,00 €	100,00 €	-100,00%	0,00%
04 - TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	639 925,60 €	2 121 530,05 €	2 807 926,47 €	231,53%	32,35%
05 - RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1 644 201,00 €	1 810 513,21 €	1 937 360,03 €	10,12%	7,01%
06 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14 613 344,79 €	18 454 367,93 €	17 834 786,77 €	26,28%	-3,36%
07 - VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	5 157 764,33 €	5 136 582,46 €	7 198 637,27 €	-0,41%	40,14%
08 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	127 944,00 €	553 925,89 €	233 245,06 €	332,94%	-57,89%
<b>TOTAL AGRUPAMENTO</b>	<b>31 363 287,04 €</b>	<b>34 598 746,81 €</b>	<b>36 638 964,77 €</b>	<b>10,32%</b>	<b>5,90%</b>

**De acordo com o ponto 5. da NCP26, do SNC-AP:**

*“Os classificadores orçamentais são um elemento estruturante de qualquer sistema de gestão orçamental, pois definem a forma como os orçamentos são apresentados, executados e relatados, tendo uma correlação direta com a transparência e coerência do orçamento.*

*A classificação das receitas e das despesas é importante para:*

- 1. a formulação de políticas e análise do desempenho;*
- 2. alocação eficiente de recursos entre os setores;*
- 3. assegurar o cumprimento dos limites orçamentais aprovados pelos órgãos competentes;*
- 4. para a gestão corrente do orçamento.*



No SNC-AP, visando aumentar a consistência interna do sistema, a sua integridade, e tendo em consideração as necessidades de informação dos diferentes utilizadores, está definido um plano de contas que também poderá servir a função de classificador económico para o orçamento e a sua conceção teve também em conta as necessidades de informação decorrentes do Sistema Europeu de Contas.

Com esta opção poderá realizar -se um maior alinhamento entre a contabilidade orçamental, a contabilidade financeira e as estatísticas nacionais, um dos objetivos do SNC -AP”.

A seguir se exemplifica, de acordo com os novos modelos de demonstrações orçamentais previsionais previstas no SNC-AP, a desagregação, em R1, das “receitas fiscais”, na ótica plurianual (2022-2026):

Rubrica	Designação	Período 2022	Período 2023	Período 2024	Período 2025	Período 2026
R1	Receita fiscal	6 627 009,17 €	6 693 279,27 €	6 760 212,06 €	6 827 814,18 €	6 896 092,32 €
R11	Impostos diretos	6 626 909,17 €	6 693 178,27 €	6 760 110,05 €	6 827 711,15 €	6 895 988,26 €
01	IMPOSTOS DIRECTOS	6 626 909,17 €	6 693 178,27 €	6 760 110,05 €	6 827 711,15 €	6 895 988,26 €
0102	OUTROS	6 626 909,17 €	6 693 178,27 €	6 760 110,05 €	6 827 711,15 €	6 895 988,26 €
010202	Imposto Municipal Sobre Imóveis	4 161 803,84 €	4 203 421,88 €	4 245 456,10 €	4 287 910,66 €	4 330 789,76 €
010203	Imposto Único de Circulação	1 018 949,75 €	1 029 139,25 €	1 039 430,64 €	1 049 824,95 €	1 060 323,20 €
010204	Imposto Municipal Sobre Transmissões	1 038 703,53 €	1 049 090,57 €	1 059 581,47 €	1 070 177,29 €	1 080 879,06 €
	Onerosas de Imóveis					
010205	Derrama	407 352,05 €	411 425,57 €	415 539,83 €	419 695,22 €	423 892,18 €
010299	Impostos Directos Diversos	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
R12	Impostos indiretos	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
0202	OUTROS	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
020206	IMPOSTOS INDIRECTOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €

Em R3, encontram-se desagregadas as rubricas de **Taxas, Multas e outras Penalidades**, na ótica plurianual (2022-2026):

Rubrica	Designação	Período 2022	Período 2023	Período 2024	Período 2025	Período 2026
R3	Taxas, multas e outras penalidades	2 807 926,47 €	2 836 005,74 €	2 864 365,77 €	2 893 009,45 €	2 921 939,53 €
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	2 807 926,47 €	2 836 005,74 €	2 864 365,77 €	2 893 009,45 €	2 921 939,53 €
0401	TAXAS	2 728 038,08 €	2 755 318,46 €	2 782 871,63 €	2 810 700,36 €	2 838 807,36 €
040123	TAXAS ESPECÍFICAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	2 728 038,08 €	2 755 318,46 €	2 782 871,63 €	2 810 700,36 €	2 838 807,36 €
04012301	Mercados e Feiras	15 742,50 €	15 899,93 €	16 058,92 €	16 219,51 €	16 381,71 €
04012302	Loteamentos e Obras	335 389,15 €	338 743,04 €	342 130,47 €	345 551,78 €	349 007,29 €
04012303	Ocupação de Via Pública	14 438,36 €	14 582,74 €	14 728,57 €	14 875,86 €	15 024,62 €
04012306	Saneamento	8 135,54 €	8 216,90 €	8 299,06 €	8 382,05 €	8 465,88 €
04012308	TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE	9 751,83 €	9 849,35 €	9 947,84 €	10 047,32 €	10 147,79 €
04012310	LICENÇA SOBRE RUÍDOS	100,10 €	101,10 €	102,11 €	103,13 €	104,16 €
04012399	OUTRAS	2 344 480,60 €	2 367 925,40 €	2 391 604,66 €	2 415 520,71 €	2 439 675,91 €
0401239903	TAXA DE GESTÃO DE RESÍDUOS (TGR)	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
0401239906	PUBLICIDADE	4 184,11 €	4 225,95 €	4 268,21 €	4 310,89 €	4 354,00 €
0401239907	UTILIZAÇÃO DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
0401239999	OUTRAS	2 340 096,49 €	2 363 497,45 €	2 387 132,43 €	2 411 003,76 €	2 435 113,79 €
040123999901	Taxa de Requerimento	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
040123999902	Fotocópias	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
040123999903	Licenças/Autorização	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
040123999904	Emissão de Alvarás	1 376,05 €	1 389,81 €	1 403,71 €	1 417,75 €	1 431,92 €
040123999905	Averbamentos	2 193,64 €	2 215,58 €	2 237,73 €	2 260,11 €	2 282,71 €
040123999906	Emissão de Certidões	998,41 €	1 008,39 €	1 018,48 €	1 028,66 €	1 038,95 €
040123999907	Pedidos de informação prévia	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
040123999999	Outras	2 335 128,39 €	2 358 479,67 €	2 382 064,47 €	2 405 885,12 €	2 429 943,97 €
0402	MULTAS E OUTRAS PENALIDADES:	79 888,39 €	80 687,28 €	81 494,14 €	82 309,09 €	83 132,17 €
040201	Juros de Mora	56 210,55 €	56 772,66 €	57 340,38 €	57 913,79 €	58 492,92 €
040202	Juros Compensatórios	10 602,72 €	10 708,75 €	10 815,83 €	10 923,99 €	11 033,23 €
040204	Coimas e Penalidades por Contra-	12 975,12 €	13 104,87 €	13 235,92 €	13 368,28 €	13 501,96 €
040299	Multas e Penalidades Diversas	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €



Em **R4**, encontram-se desagregadas as rubricas de **Rendimentos de Propriedade**, na ótica plurianual (2022-2026):

Rubrica	Designação	Período 2022	Período 2023	Período 2024	Período 2025	Período 2026
R4	Rendimentos de propriedade	1 937 360,03 €	1 956 733,63 €	1 976 300,97 €	1 996 063,98 €	2 016 024,61 €
05	RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE	1 937 360,03 €	1 956 733,63 €	1 976 300,97 €	1 996 063,98 €	2 016 024,61 €
0502	JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
050201	Bancos e Outras Instituições Financeiras	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
0507	DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS DE SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	310 300,00 €	313 403,00 €	316 537,03 €	319 702,40 €	322 899,42 €
050702	EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS	200,00 €	202,00 €	204,02 €	206,06 €	208,12 €
05070201	G.E.M.C,EM	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
05070299	Outras	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
050703	EMPRESAS PRIVADAS	81 000,00 €	81 810,00 €	82 628,10 €	83 454,38 €	84 288,92 €
05070302	RESINORTE,S.A	1 000,00 €	1 010,00 €	1 020,10 €	1 030,30 €	1 040,60 €
05070303	EHATB,S.A	80 000,00 €	80 800,00 €	81 608,00 €	82 424,08 €	83 248,32 €
050799	OUTRAS	229 100,00 €	231 391,00 €	233 704,91 €	236 041,96 €	238 402,38 €
05079901	Eólicas	229 000,00 €	231 290,00 €	233 602,90 €	235 938,93 €	238 298,32 €
05079999	Outras	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
0509	PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS DE ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
050999	Outras	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
0510	RENDAS	1 626 860,03 €	1 643 128,63 €	1 659 559,92 €	1 676 155,52 €	1 692 917,07 €
051001	Terrenos	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
051004	Edifícios	54 727,89 €	55 275,17 €	55 827,92 €	56 386,20 €	56 950,06 €
051099	OUTRAS	1 572 032,14 €	1 587 752,46 €	1 603 629,99 €	1 619 666,29 €	1 635 862,95 €
05109901	Concessão E-REDES	1 571 932,14 €	1 587 651,46 €	1 603 527,98 €	1 619 563,26 €	1 635 758,89 €
05109999	Outras	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €

Em **R5**, encontram-se desagregadas as rubricas de **Transferências e Subsídios correntes**, na ótica plurianual (2022-2026):

Rubrica	Designação	Período 2022	Período 2023	Período 2024	Período 2025	Período 2026
R5	Transferências e subsídios correntes	17 834 786,77 €	18 013 134,64 €	18 193 266,00 €	18 375 198,65 €	18 558 950,64 €
R51	Transferências correntes	17 834 786,77 €	18 013 134,64 €	18 193 266,00 €	18 375 198,65 €	18 558 950,64 €
R511	Administrações Públicas	17 834 486,77 €	18 012 831,64 €	18 192 959,97 €	18 374 889,56 €	18 558 638,46 €
R5111	Administração Central - Estado Português	17 429 029,58 €	17 603 319,88 €	17 779 353,09 €	17 957 146,61 €	18 136 718,08 €
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	17 429 029,58 €	17 603 319,88 €	17 779 353,09 €	17 957 146,61 €	18 136 718,08 €
0603	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	17 429 029,58 €	17 603 319,88 €	17 779 353,09 €	17 957 146,61 €	18 136 718,08 €
060301	ESTADO	16 019 618,44 €	16 179 814,62 €	16 341 612,78 €	16 505 028,90 €	16 670 079,19 €
06030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro	13 481 851,00 €	13 616 669,51 €	13 752 836,21 €	13 890 364,57 €	14 029 268,21 €
06030102	Fundo Social Municipal	711 275,00 €	718 387,75 €	725 571,63 €	732 827,34 €	740 155,62 €
06030103	Participação Fixa no IRS	1 437 275,00 €	1 451 647,75 €	1 466 164,23 €	1 480 825,87 €	1 495 634,13 €
06030106	Transferência de Competências - Lei 50/2018	5 000,00 €	5 050,00 €	5 100,50 €	5 151,51 €	5 203,02 €
06030107	Participação no IVA - ART.26º da Lei 73/2013	173 888,00 €	175 626,88 €	177 383,15 €	179 156,98 €	180 948,55 €
06030199	OUTRAS	210 329,44 €	212 432,73 €	214 557,06 €	216 702,63 €	218 869,66 €
0603019901	DGESTE	210 229,44 €	212 331,73 €	214 455,05 €	216 599,60 €	218 765,60 €
0603019999	Outras	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
060306	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	1 409 411,14 €	1 423 505,26 €	1 437 740,31 €	1 452 117,71 €	1 466 638,89 €
06030601	FSE	764 149,55 €	771 791,05 €	779 508,96 €	787 304,05 €	795 177,09 €
06030602	FEDER	645 161,59 €	651 613,21 €	658 129,34 €	664 710,63 €	671 357,74 €
06030699	Outros	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
R5112	Administração Central - Outras entidades	355 357,19 €	358 910,76 €	362 499,87 €	366 124,87 €	369 786,12 €
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	355 357,19 €	358 910,76 €	362 499,87 €	366 124,87 €	369 786,12 €
0603	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	355 357,19 €	358 910,76 €	362 499,87 €	366 124,87 €	369 786,12 €
060307	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	355 357,19 €	358 910,76 €	362 499,87 €	366 124,87 €	369 786,12 €
06030701	Transferência de Competências - Lei 50/2018 - ANSR	3 187,08 €	3 218,95 €	3 251,14 €	3 283,65 €	3 316,49 €
06030799	OUTROS	352 170,11 €	355 691,81 €	359 248,73 €	362 841,22 €	366 469,63 €
0603079901	FUNDO FLORESTAL PERMANENTE	74 682,55 €	75 429,38 €	76 183,67 €	76 945,51 €	77 714,96 €
0603079902	IEFP	168 858,12 €	170 546,70 €	172 252,17 €	173 974,69 €	175 714,44 €
0603079903	TURISMO DE PORTUGAL	71 346,48 €	72 059,94 €	72 780,54 €	73 508,35 €	74 243,43 €
0603079904	COMISSÃO NACIONAL PROMOÇÃO DIREITOS CRIANÇAS E JOVENS	15 762,96 €	15 920,59 €	16 079,80 €	16 240,59 €	16 403,00 €
0603079905	MINISTÉRIO DO AMBIENTE - FUNDO AMBIENTAL	5 000,00 €	5 050,00 €	5 100,50 €	5 151,51 €	5 203,02 €
0603079906	IFAP	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
0603079999	OUTROS	16 420,00 €	16 584,20 €	16 750,04 €	16 917,54 €	17 086,72 €
060307999901	IHRU	16 320,00 €	16 483,20 €	16 648,03 €	16 814,51 €	16 982,66 €
060307999999	OUTROS	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €



R5113		Segurança Social				
R5114		Administração Regional				
R5115		Administração Local	50 100,00 €	50 601,00 €	51 107,01 €	51 618,08 €
	06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	50 100,00 €	50 601,00 €	51 107,01 €	51 618,08 €
	0605	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	50 100,00 €	50 601,00 €	51 107,01 €	51 618,08 €
	060501	CONTINENTE	50 100,00 €	50 601,00 €	51 107,01 €	51 618,08 €
	06050101	Municípios	50 000,00 €	50 500,00 €	51 005,00 €	51 515,05 €
	06050199	Outros	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €
R512		Exterior - U E				
R513		Outras	300,00 €	303,00 €	306,03 €	309,09 €
	06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	300,00 €	303,00 €	306,03 €	309,09 €
	0601	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	300,00 €	303,00 €	306,03 €	309,09 €
	060101	PÚBLICAS	200,00 €	202,00 €	204,02 €	206,06 €
	06010102	EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS	200,00 €	202,00 €	204,02 €	206,06 €
	0601010201	G.E.M.C,EM	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €
	0601010299	Outras	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €
	060102	PRIVADAS	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €
	06010299	Outras	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €

Em **R6**, encontram-se desagregadas as rubricas de **Venda de Bens e Serviços**, na ótica plurianual (2022-2026):

Rubrica	Designação	Período 2022	Período 2023	Período 2024	Período 2025	Período 2026
R6	Venda de bens e serviços	7 198 637,27 €	7 270 623,64 €	7 343 329,88 €	7 416 761,16 €	7 490 930,81 €
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	7 198 637,27 €	7 270 623,64 €	7 343 329,88 €	7 416 761,16 €	7 490 930,81 €
0701	VENDA DE BENS	1 854 922,40 €	1 873 471,62 €	1 892 206,34 €	1 911 126,40 €	1 930 239,69 €
070102	Livros e Documentação Técnica	393,24 €	397,17 €	401,14 €	405,16 €	409,21 €
070103	Publicações e Impressos	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
070107	Produtos Alimentares e Bebidas	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
070108	MERCADORIAS	1 770 718,92 €	1 788 426,11 €	1 806 310,37 €	1 824 373,47 €	1 842 617,21 €
07010802	Água	1 770 342,87 €	1 788 046,30 €	1 805 926,76 €	1 823 986,03 €	1 842 225,89 €
07010899	Outras	376,05 €	379,81 €	383,61 €	387,44 €	391,32 €
070109	Matérias de Consumo	70 310,24 €	71 013,34 €	71 723,48 €	72 440,71 €	73 165,12 €
070110	DESPERDICIOS,RESÍDUOS E REFUGOS	200,00 €	202,00 €	204,02 €	206,06 €	208,12 €
07011001	Sucata	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
07011099	Outros	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
070111	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
07011199	Outros	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
070199	OUTROS	13 000,00 €	13 130,00 €	13 261,30 €	13 391,91 €	13 527,85 €
07019901	Venda de Bens Museus	12 500,00 €	12 625,00 €	12 751,25 €	12 876,76 €	13 007,55 €
07019999	Outros	500,00 €	505,00 €	510,05 €	515,15 €	520,30 €
0702	SERVIÇOS	5 097 678,85 €	5 148 655,64 €	5 200 142,20 €	5 252 143,61 €	5 304 665,05 €
070201	Aluguer de Espaços e Equipamentos	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
070208	SERVIÇOS SOCIAIS, RECREATIVOS, CULTURAIS E DESPORTO	27 882,06 €	28 160,88 €	28 442,49 €	28 726,91 €	29 014,18 €
07020801	Serviços Sociais	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
07020802	SERVIÇOS RECREATIVOS	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
0702080299	Outros	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
07020803	SERVIÇOS CULTURAIS	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
0702080399	Outros	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
07020804	Serviços Desportivos	27 582,06 €	27 857,88 €	28 136,46 €	28 417,82 €	28 702,00 €
070209	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS	5 034 536,79 €	5 084 882,16 €	5 135 730,98 €	5 187 088,29 €	5 238 959,17 €
07020901	Saneamento	2 494 542,00 €	2 519 487,42 €	2 544 682,29 €	2 570 129,12 €	2 595 830,41 €
07020902	Resíduos Sólidos	1 615 527,59 €	1 631 682,87 €	1 647 999,69 €	1 664 479,69 €	1 681 124,49 €
07020903	TRANSPORTES COLECTIVOS DE PESSOAS E MERCADORIAS	529,32 €	534,61 €	539,96 €	545,36 €	550,81 €
0702090302	Transportes Escolares	529,32 €	534,61 €	539,96 €	545,36 €	550,81 €
07020904	TRABALHOS POR CONTA DE PARTICULARES	13 116,80 €	13 247,97 €	13 380,45 €	13 514,25 €	13 649,39 €
0702090401	Ramais de Água	1 098,03 €	1 109,01 €	1 120,10 €	1 131,30 €	1 142,61 €
0702090402	Ramais de Saneamento	7 813,19 €	7 891,32 €	7 970,24 €	8 049,94 €	8 130,44 €
0702090499	Outros	4 205,58 €	4 247,64 €	4 290,11 €	4 333,01 €	4 376,34 €
07020905	Cemitérios	20 211,24 €	20 413,35 €	20 617,49 €	20 823,66 €	21 031,90 €
07020906	Mercados e Feiras	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
07020999	Outros	890 509,84 €	899 414,94 €	908 409,09 €	917 493,18 €	926 668,11 €
070299	Outros	35 160,00 €	35 511,60 €	35 866,72 €	36 225,38 €	36 587,64 €
0703	RENDAS	246 036,02 €	248 496,38 €	250 981,34 €	253 491,15 €	256 026,07 €
070301	Habitacões	181 431,03 €	183 245,34 €	185 077,79 €	186 928,57 €	188 797,86 €
070302	Edifícios	52 504,99 €	53 030,04 €	53 560,34 €	54 095,94 €	54 636,90 €
070399	OUTRAS	12 100,00 €	12 221,00 €	12 343,21 €	12 466,64 €	12 591,31 €
07039903	EHATB, S.A. (PARQUES EÓLICOS)	12 000,00 €	12 120,00 €	12 241,20 €	12 363,61 €	12 487,25 €
07039999	Outras	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €

Em **R7**, encontram-se desagregadas as rubricas de **Outras Receitas correntes**, na ótica plurianual (2022-2026):

Rubrica	Designação	Período 2022	Período 2023	Período 2024	Período 2025	Período 2026
R7	Outras receitas correntes	233 245,06 €	235 577,50 €	237 933,29 €	240 312,62 €	242 715,74 €
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	233 245,06 €	235 577,50 €	237 933,29 €	240 312,62 €	242 715,74 €
0801	OUTRAS	233 245,06 €	235 577,50 €	237 933,29 €	240 312,62 €	242 715,74 €
080199	OUTRAS	233 245,06 €	235 577,50 €	237 933,29 €	240 312,62 €	242 715,74 €
08019901	Indemnizações por deterioração, roubo e extravio de bens patrimoniais	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
08019902	Indemnizações de estragos provocados por outrem em viaturas ou em quaisquer outros equipamentos pertencentes às Autarquias Locais	9 863,29 €	9 961,92 €	10 061,54 €	10 162,16 €	10 263,78 €
08019903	IVA Reembolsado	138 096,30 €	139 477,26 €	140 872,04 €	142 280,76 €	143 703,56 €
08019999	Diversas	85 185,47 €	86 037,32 €	86 897,70 €	87 766,67 €	88 644,34 €

## 2.3.2 – Receita de Capital

As Receitas de capital alteram o património duradouro da entidade e são receitas cobradas ocasionalmente, isto é, que se revestem de carácter transitório e que, regra geral, estão associadas a uma diminuição do património duradouro ou aumento dos ativos e passivos de médio/longo prazos. São exemplos de receitas de capital as que resultam da venda de imóveis e empréstimos.

O agrupamento **“09 - Venda de Bens de Investimento”** compreende os rendimentos provenientes da alienação, a título oneroso, de bens de capital que, na aquisição ou construção, tenham sido contabilizados como investimento.

Nele se enquadram as vendas de bens de capital em qualquer estado, inclusive os que tenham ultrapassado o período máximo de vida útil.

A título previsional e tendo em conta o disposto no artº124º da LOE para 2021, os municípios não podem, na elaboração dos documentos previsionais para 2022, orçamentar receitas respeitantes à venda de bens imóveis em montante superior à média aritmética simples das receitas arrecadadas com a venda de bens imóveis nos últimos 36 meses que precedem o mês da sua elaboração.

O nº 2, do mesmo artigo prevê que *“a receita orçamentada a que se refere o número anterior pode ser excecionalmente de montante superior se for demonstrada a existência de contrato já celebrado para a venda de bens imóveis.”*

No cumprimento de tal preceito legal, veio a determinar-se um valor **127.147,09€** em **“Venda de bens de investimento”**, para o exercício de **2022**.

Relativamente ao agrupamento **“10 – Transferências de Capital”**, enquadram-se os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas de

capital, incluindo as receitas relativas a cauções e depósitos de garantia que revertem a favor da autarquia, bem como heranças jacentes e outros valores prescritos ou abandonados.

Proveniente do Estado, encontra-se domiciliada a participação do Município nos impostos do Estado, de natureza “capital – Fundo de Equilíbrio Financeiro”, cuja previsão foi apurada mediante os valores previstos no mapa XII, da PLOE para 2021, face à não aprovação da proposta de lei de orçamento de estado para 2022.

Neste agrupamento foram também consideradas as verbas referentes ao cofinanciamento estatal e comunitário em projetos candidatados e aprovados, alguns já concluídos, outros com execução física e financeira em curso, por natureza do respetivo fundo.

Foi também contemplada a previsão referente ao valor remanescente, ainda por desembolsar e relativo à contratualização, com a Agência de Desenvolvimento e Coesão. IP, de cinco (5) empréstimos de médio e longo prazos, no âmbito do EQ- BEI - PT 2020, no montante de 1.047.746,64€.

No quadro seguinte é traduzida a variação da previsão, por agrupamento da Receita de Capital (R8, R9, R10 e R13) sendo que, a rubrica económica “Passivos Financeiros”, passará a integrar a componente de “Receita não efetiva”, nos termos do SNC-AP. Contudo, para melhor comparabilidade, consta do quadro infra, ainda como receita de capital:

VARIAÇÃO DA PREVISÃO POR AGRUPAMENTO DA RECEITA DE CAPITAL					
DESIGNAÇÃO	2020	2021	2022	TX CRESCIMENTO 2020/2021	TX CRESCIMENTO 2021/2022
<b>09- VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO</b>	<b>164 796,69 €</b>	<b>185 745,11 €</b>	<b>127 147,09 €</b>	<b>12,71%</b>	<b>12,71%</b>
09 01 TERRENOS	32 351,17 €	36 097,45 €	43 791,31 €	11,58%	21,31%
09 02 HABITAÇÕES	19 612,67 €	9 141,33 €	9 141,33 €	-53,39%	0,00%
09 03 EDIFÍCIOS	99 125,74 €	123 564,48 €	56 957,08 €	24,65%	-53,90%
09 04 OUTROS BENS DE INVESTIMENTO	13 707,11 €	16 941,85 €	17 257,37 €	23,60%	1,86%
<b>10 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</b>	<b>19 206 247,67 €</b>	<b>17 182 241,25 €</b>	<b>13 079 378,81 €</b>	<b>-10,54%</b>	<b>-23,88%</b>
10 01 - SOCIEDADES E QUASE SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	1 421 292,97 €	1 660 376,77 €	1 024 708,72 €	16,82%	-38,28%
10 03 01 ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	1 661 961,00 €	2 065 865,00 €	2 065 865,00 €	24,30%	0,00%
10 03 01 01 Estado - FEF	1 273 826,00 €	1 497 983,00 €	1 497 983,00 €	17,60%	0,00%
10 03 01 05 - artº35, nº2 - Lei 73/2013	387 935,00 €	566 782,00 €	566 782,00 €	46,10%	0,00%
10 03 01 06 - Transferências de competências - Lei 50/2018	100,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €		0,00%
10 03 01 99 Outras	100,00 €	100,00 €	100,00 €	0,00%	0,00%
10 03 07 ESTADO - PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJETOS CO-FINANCIADOS	15 173 824,59 €	12 041 143,75 €	9 195 406,85 €	-20,65%	-23,63%
10 03 08 - SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	948 969,11 €	1 414 755,73 €	793 298,24 €	49,08%	-43,93%
10 07 INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	100,00 €	100,00 €	100,00 €	0,00%	0,00%
<b>11 - ATIVOS FINANCEIROS</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
<b>12 - PASSIVOS FINANCEIROS</b>	<b>1 734 530,77 €</b>	<b>1 363 640,09 €</b>	<b>1 047 746,64 €</b>	<b>-21,38%</b>	<b>-23,17%</b>
<b>13 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>200 000,00 €</b>	<b>40 000,00 €</b>	<b>30 000,00 €</b>	<b>-80,00%</b>	<b>-25,00%</b>
<b>TOTAL RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>21 305 575,13 €</b>	<b>18 771 626,45 €</b>	<b>14 284 272,54 €</b>	<b>-11,89%</b>	<b>-23,90%</b>



Em **R8**, encontram-se desagregadas as rubricas de **Venda de Bens de Investimento**, na ótica plurianual (2022-2026):

Rubrica	Designação	Período 2022	Período 2023	Período 2024	Período 2025	Período 2026
R8	Venda de bens de investimento	127 147,09 €	128 418,55 €	129 702,75 €	130 999,78 €	132 309,77 €
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	127 147,09 €	128 418,55 €	129 702,75 €	130 999,78 €	132 309,77 €
0901	TERRENOS	43 791,31 €	44 229,22 €	44 671,52 €	45 118,23 €	45 569,41 €
090101	Sociedades e Quase-Sociedades não Financeiras	43 691,31 €	44 128,22 €	44 569,51 €	45 015,20 €	45 465,35 €
090110	Famílias	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
0902	HABITAÇÕES	9 141,33 €	9 232,74 €	9 325,07 €	9 418,32 €	9 512,50 €
090210	Famílias	9 141,33 €	9 232,74 €	9 325,07 €	9 418,32 €	9 512,50 €
0903	EDIFÍCIOS	56 957,08 €	57 526,65 €	58 101,92 €	58 682,94 €	59 269,77 €
090301	Sociedades e Quase-Sociedades não Financeiras	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
090310	Famílias	56 857,08 €	57 425,65 €	57 999,91 €	58 579,91 €	59 165,71 €
0904	OUTROS BENS DE INVESTIMENTO	17 257,37 €	17 429,94 €	17 604,24 €	17 780,29 €	17 958,09 €
090401	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRA	17 257,37 €	17 429,94 €	17 604,24 €	17 780,29 €	17 958,09 €
09040101	Equipamento de Transporte	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
09040103	Outras	17 157,37 €	17 328,94 €	17 502,23 €	17 677,26 €	17 854,03 €

Em **R9**, encontram-se desagregadas as rubricas de **Transferências de Capital**, na ótica plurianual (2022-2026):

Rubrica	Designação	Período 2022	Período 2023	Período 2024	Período 2025	Período 2026
R9	Transferências e subsídios de capital	13 079 378,81 €	6 069 928,48 €	5 580 087,40 €	4 405 985,91 €	4 032 143,42 €
R91	Transferências de capital	13 079 378,81 €	6 069 928,48 €	5 580 087,40 €	4 405 985,91 €	4 032 143,42 €
R911	Administrações Públicas	12 054 570,09 €	6 019 666,32 €	5 579 679,36 €	4 405 573,79 €	4 031 727,18 €
R9111	Administração Central - Estado Português	11 261 271,85 €	4 694 276,29 €	4 289 138,03 €	3 115 029,40 €	2 741 179,70 €
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	11 261 271,85 €	4 694 276,29 €	4 289 138,03 €	3 115 029,40 €	2 741 179,70 €
1003	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	11 261 271,85 €	4 694 276,29 €	4 289 138,03 €	3 115 029,40 €	2 741 179,70 €
100301	ESTADO	2 065 865,00 €	2 086 523,65 €	2 107 388,89 €	2 128 462,77 €	2 149 747,40 €
10030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro	1 497 983,00 €	1 512 962,83 €	1 528 092,46 €	1 543 373,38 €	1 558 807,12 €
10030105	Art. 35º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013	566 782,00 €	572 449,82 €	578 174,32 €	583 956,06 €	589 795,62 €
10030106	Transferências de Competências - Lei 50/2018	1 000,00 €	1 010,00 €	1 020,10 €	1 030,30 €	1 040,60 €
10030199	OUTRAS	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
1003019999	Outras	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
100307	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	9 195 406,85 €	2 607 752,64 €	2 181 749,14 €	986 566,63 €	591 432,30 €
10030701	FEADER	107 484,23 €				
1003070101	PDR 2020 - DLBC RURAL	107 484,23 €				
10030702	FEDER	8 615 665,84 €	430 874,29 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
1003070203	POVT	100,00 €				
1003070204	POSEUR	741 635,38 €	37 081,77 €			
1003070208	PO NORTE - PROVERE	1 032 339,64 €	51 616,98 €			
1003070209	PO NORTE - PEDU	3 180 306,05 €	159 015,30 €			
1003070210	PO NORTE - EIDT (PACTO)	3 105 999,85 €	155 299,99 €			
1003070211	PO NORTE - Outros	555 184,92 €	27 759,25 €			
1003070299	Outros	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
10030704	FSE	472 056,78 €	476 777,35 €	481 545,12 €	486 360,57 €	491 224,18 €
10030705	PRR	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
10030799	Outros	100,00 €	1 700 000,00 €	1 700 000,00 €	500 000,00 €	100 000,00 €
R9112	Administração Central - Outras entidades	793 298,24 €	1 325 390,03 €	1 290 541,33 €	1 290 544,39 €	1 290 547,48 €
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	793 298,24 €	1 325 390,03 €	1 290 541,33 €	1 290 544,39 €	1 290 547,48 €
1003	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	793 298,24 €	1 325 390,03 €	1 290 541,33 €	1 290 544,39 €	1 290 547,48 €
100308	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	793 298,24 €	1 325 390,03 €	1 290 541,33 €	1 290 544,39 €	1 290 547,48 €
10030801	Transferência de Competências - Lei 50/2018	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
10030899	OUTROS	793 198,24 €	1 325 289,03 €	1 290 439,32 €	1 290 441,36 €	1 290 443,42 €
1003089901	TURISMO DE PORTUGAL IP (VALORIZAR, OUTROS)	494 611,69 €	24 730,58 €			
1003089902	MINISTÉRIO DO AMBIENTE - FUNDO AMBIENTAL	10 601,45 €	530,07 €			
1003089903	MINISTÉRIO DA ECONOMIA - ADENE - FUNDO DE APOIO À INOVAÇÃO (FAI)	191 821,61 €	9 591,08 €			
1003089904	ICNF	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
1003089905	IHRU (1º DIREITO)	95 963,49 €	1 290 235,30 €	1 290 235,30 €	1 290 235,30 €	1 290 235,30 €
1003089999	Outros	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €



R9113		Segurança Social					
R9114		Administração Regional					
R9115		Administração Local					
R912		Exterior - U E					
R913		Outras	1 024 808,72 €	50 262,16 €	408,04 €	412,12 €	416,24 €
	10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1 024 808,72 €	50 262,16 €	408,04 €	412,12 €	416,24 €
	1001	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	1 024 708,72 €	50 161,16 €	306,03 €	309,09 €	312,18 €
	100101	PÚBLICAS	200,00 €	202,00 €	204,02 €	206,06 €	208,12 €
	10010102	EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS	200,00 €	202,00 €	204,02 €	206,06 €	208,12 €
	1001010201	G.E.M.C, E.M.	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
	1001010299	Outras	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
	100102	Privadas	1 024 508,72 €	49 959,16 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
	10010201	IBERDROLA	1 024 408,72 €	49 858,16 €			
	10010299	Outras	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
	1007	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
	100701	Instituições sem Fins Lucrativos	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €

Em **R10**, encontram-se desagregadas as rubricas de **Outras Receitas de Capital**, na ótica plurianual (2022-2026):

Rubrica	Designação	Período 2022	Período 2023	Período 2024	Período 2025	Período 2026
R10	Outras receitas de capital	30 000,00 €	30 300,00 €	30 603,00 €	30 909,03 €	31 218,12 €
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	30 000,00 €	30 300,00 €	30 603,00 €	30 909,03 €	31 218,12 €
1301	OUTRAS	30 000,00 €	30 300,00 €	30 603,00 €	30 909,03 €	31 218,12 €
130199	Outras	30 000,00 €	30 300,00 €	30 603,00 €	30 909,03 €	31 218,12 €

Em **R13**, encontram-se desagregadas as rubricas de **Receitas com Passivos Financeiros**, na ótica plurianual (2022-2026):

Rubrica	Designação	Período 2022	Período 2023	Período 2024	Período 2025	Período 2026
R13	Receita com passivos financeiros	1 047 746,64 €	547 746,64 €			
12	PASSIVOS FINANCEIROS	1 047 746,64 €	547 746,64 €			
1206	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS	1 047 746,64 €	547 746,64 €			
120602	Sociedades Financeiras	1 047 746,64 €	547 746,64 €			

## 2.4 – Demonstração Orçamental Previsional da Despesa

No que diz respeito à assunção das despesas, também devem ser consideradas um conjunto de regras previsionais dispostas no POCAL e em diplomas, normas ou regulamentos relacionados.

Destacam-se, neste âmbito, a importância da previsão com os limites legais de despesa com pessoal, bem como a obrigatoriedade da discriminação das despesas da Assembleia Municipal e ainda as despesas relativas ao processo de articulação entre as Opções do Plano e Orçamento.

### 2.4.1 – Despesa Corrente

A LAL estipula, no nº 3 do art.º 52º-A, que no Orçamento municipal são inscritas, sob proposta da mesa de Assembleia Municipal, dotações discriminadas em rubricas próprias para pagamento das

senhas de presença, ajudas de custo e subsídios de transporte dos membros da Assembleia Municipal, bem como para a aquisição dos bens e serviços correntes necessários ao seu funcionamento e representação.

A classificação orgânica é assim designada:

0101 – Assembleia Municipal;

0102 – Câmara Municipal e serviços municipais;

0103 – Operações Financeiras.

No órgão da Assembleia Municipal, foram inscritas as dotações orçamentais, com a classificação em vigor para as Autarquias Locais, nas seguintes rubricas:

010204 – Ajudas de Custo .....5.500,00€;

010213 – Outros Suplementos e Prémios.....35.000,00€;

### **2.3.1.1 - “Despesas com pessoal – Agrupamento 01”**

Este agrupamento prevê todas as espécies de remunerações principais, de abonos acessórios e de compensações que necessariamente, requeiram processamento nominalmente individualizado e que, de forma transitória ou permanente, sejam satisfeitos pela Autarquia, tanto aos seus funcionários e agentes como aos indivíduos que, embora não tendo essa qualidade, prestem serviço ao Município nos estritos termos de contratos a termo, em regime de tarefa ou avença.

Também se compreendem neste agrupamento as despesas que o município suporta, como entidade patronal, com a Segurança Social dos seus funcionários.

Os montantes apurados para as despesas com pessoal levaram em linha de conta as regras orçamentais legalmente previstas, bem como as despesas decorrentes da contratação de novos postos de trabalho:

VARIAÇÃO DO AGRUPAMENTO 01 - DESPESAS COM PESSOAL					
Agrupamento	2020	2021	2022	Tx. Crescimento 2020/2021	Tx. Crescimento 2021/2022
0101 - Remunerações Certas e Permanentes	7 946 344,65 €	7 416 194,57 €	7 853 500,00 €	-6,67%	5,90%
0102 - Abonos Variáveis e eventuais	245 829,79 €	274 460,57 €	328 000,00 €	11,65%	19,51%
0103 - Segurança Social	2 248 914,73 €	2 089 459,93 €	2 053 605,00 €	-7,09%	-1,72%
<b>Total Agrupamento</b>	<b>10 441 089,17 €</b>	<b>9 780 115,07 €</b>	<b>10 235 105,00 €</b>	<b>-6,33%</b>	<b>4,65%</b>

A seguir se exemplifica, de acordo com os novos modelos de demonstrações orçamentais previsionais previstas no SNC-AP, a desagregação, das despesas, **na ótica plurianual (2022-2026)**:

Em **D1**, encontram-se desagregadas as rubricas de **Despesas com o Pessoal**, na ótica plurianual (2022-2026):

Rubrica	Designação	Período 2022	Período 2023	Período 2024	Período 2025	Período 2026
D1	Despesas com o pessoal	10 235 105,00 €	10 337 456,05 €	10 440 830,61 €	10 359 838,94 €	10 650 691,29 €
D11	Remunerações Certas e Permanentes	7 853 500,00 €	7 932 035,00 €	8 011 355,35 €	7 906 068,91 €	8 172 383,58 €
01	ADMINISTRAÇÃO AUTARQUICA	7 853 500,00 €	7 932 035,00 €	8 011 355,35 €	7 906 068,91 €	8 172 383,58 €
0102	CÂMARA MUNICIPAL	7 853 500,00 €	7 932 035,00 €	8 011 355,35 €	7 906 068,91 €	8 172 383,58 €
01	DESPESAS COM O PESSOAL	7 853 500,00 €	7 932 035,00 €	8 011 355,35 €	7 906 068,91 €	8 172 383,58 €
0101	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	7 853 500,00 €	7 932 035,00 €	8 011 355,35 €	7 906 068,91 €	8 172 383,58 €
010101	TITULARES DE ÓRGÃOS DE SOBERANIA E MEMBROS DE ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS	235 000,00 €	237 350,00 €	239 723,50 €	242 120,74 €	244 541,94 €
01010101	Eleitos Locais	150 000,00 €	151 500,00 €	153 015,00 €	154 545,15 €	156 090,60 €
01010102	Membros dos Gabinetes de Apoio à Presidência	85 000,00 €	85 850,00 €	86 708,50 €	87 575,59 €	88 451,34 €
010104	PESSOAL DOS QUADROS - REGIME DE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO	5 210 000,00 €	5 262 100,00 €	5 314 721,00 €	5 367 868,21 €	5 421 546,89 €
01010401	Pessoal em Funções	5 200 000,00 €	5 252 000,00 €	5 304 520,00 €	5 357 565,20 €	5 411 140,85 €
01010402	Alterações Obrigatórias de Posicionamento Remuneratório	10 000,00 €	10 100,00 €	10 201,00 €	10 303,01 €	10 406,04 €
010106	PESSOAL CONTRATADO A TERMO	360 000,00 €	363 600,00 €	367 236,00 €	370 908,36 €	374 617,44 €
01010604	Recrutamento de Pessoal para Novos Postos de Trabalho	360 000,00 €	363 600,00 €	367 236,00 €	370 908,36 €	374 617,44 €
010107	Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença	260 000,00 €	262 600,00 €	265 226,00 €	267 878,26 €	270 557,04 €
010108	Pessoal Aguardando Aposentação	15 000,00 €	15 150,00 €	15 301,50 €	15 454,52 €	15 609,06 €
010111	Representação	65 000,00 €	65 650,00 €	66 306,50 €	66 969,57 €	67 639,26 €
010113	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO	654 500,00 €	661 045,00 €	667 655,45 €	674 329,00 €	681 075,32 €
01011301	Pessoal dos Quadros	450 000,00 €	454 500,00 €	459 045,00 €	463 635,45 €	468 271,80 €
01011302	Pessoal em Qualquer Outra Situação	200 000,00 €	202 000,00 €	204 020,00 €	206 693,55 €	208 803,52 €
01011303	Membros dos Órgãos Autárquicos	4 500,00 €	4 545,00 €	4 590,45 €	4 636,35 €	4 682,72 €
010114	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E NATAL	1 030 000,00 €	1 040 300,00 €	1 050 703,00 €	1 061 210,03 €	1 071 822,13 €
01011401	Pessoal dos Quadros	900 000,00 €	909 000,00 €	918 090,00 €	927 270,90 €	936 543,61 €
01011402	Pessoal em Qualquer Outra Situação	130 000,00 €	131 300,00 €	132 613,00 €	133 939,13 €	135 278,52 €
010115	Remunerações por Doença e Maternidade/Paternidade	24 000,00 €	24 240,00 €	24 482,40 €	24 727,22 €	24 974,50 €
D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	328 000,00 €	331 280,00 €	334 592,80 €	337 938,74 €	341 318,11 €
01	ADMINISTRAÇÃO AUTARQUICA	328 000,00 €	331 280,00 €	334 592,80 €	337 938,74 €	341 318,11 €
0101	ASSEMBLEIA MUNICIPAL	40 500,00 €	40 905,00 €	41 314,05 €	41 727,20 €	42 144,46 €
01	DESPESAS COM O PESSOAL	40 500,00 €	40 905,00 €	41 314,05 €	41 727,20 €	42 144,46 €
0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	40 500,00 €	40 905,00 €	41 314,05 €	41 727,20 €	42 144,46 €
010204	Ajudas de Custo	5 500,00 €	5 555,00 €	5 610,55 €	5 666,66 €	5 723,32 €
010213	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS	35 000,00 €	35 350,00 €	35 703,50 €	36 060,54 €	36 421,14 €
01021303	Senhas de Presença	35 000,00 €	35 350,00 €	35 703,50 €	36 060,54 €	36 421,14 €
0102	CÂMARA MUNICIPAL	287 500,00 €	290 375,00 €	293 278,75 €	296 211,54 €	299 173,65 €
01	DESPESAS COM O PESSOAL	287 500,00 €	290 375,00 €	293 278,75 €	296 211,54 €	299 173,65 €
0102	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	287 500,00 €	290 375,00 €	293 278,75 €	296 211,54 €	299 173,65 €
010202	Horas Extraordinárias	20 000,00 €	20 200,00 €	20 402,00 €	20 606,02 €	20 812,08 €
010204	Ajudas de Custo	2 000,00 €	2 020,00 €	2 040,20 €	2 060,60 €	2 081,21 €
010205	Abono para Falhas	20 000,00 €	20 200,00 €	20 402,00 €	20 606,02 €	20 812,08 €
010211	Subsídio de Turno	110 000,00 €	111 100,00 €	112 211,00 €	113 333,11 €	114 466,44 €
010212	Indemnizações por Cessação de Funções	40 000,00 €	40 400,00 €	40 804,00 €	41 212,04 €	41 624,16 €
010213	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS	65 500,00 €	66 175,00 €	66 859,75 €	67 545,50 €	68 231,75 €
01021302	Outros	30 000,00 €	30 300,00 €	30 606,00 €	30 913,06 €	31 220,12 €
01021303	Senhas de Presença	35 500,00 €	35 875,00 €	36 253,75 €	36 632,44 €	37 011,63 €
010214	OUTROS ABONOS EM NUMERÁRIO OU ESPÉCIE	30 000,00 €	30 000,00 €	30 000,00 €	30 000,00 €	30 000,00 €
D13	Segurança social	2 053 605,00 €	2 074 141,05 €	2 094 882,46 €	2 115 831,29 €	2 136 989,60 €
01	ADMINISTRAÇÃO AUTARQUICA	2 053 605,00 €	2 074 141,05 €	2 094 882,46 €	2 115 831,29 €	2 136 989,60 €
0102	CÂMARA MUNICIPAL	2 053 605,00 €	2 074 141,05 €	2 094 882,46 €	2 115 831,29 €	2 136 989,60 €
01	DESPESAS COM O PESSOAL	2 053 605,00 €	2 074 141,05 €	2 094 882,46 €	2 115 831,29 €	2 136 989,60 €
0103	SEGURANÇA SOCIAL	2 053 605,00 €	2 074 141,05 €	2 094 882,46 €	2 115 831,29 €	2 136 989,60 €
010301	Encargos com a Saúde	406 705,00 €	410 772,05 €	414 879,77 €	419 028,57 €	423 218,85 €
010303	Subsídio Familiar a Crianças e Jovens	14 000,00 €	14 140,00 €	14 281,40 €	14 424,21 €	14 568,46 €
010304	Outras Prestações Familiares	2 500,00 €	2 525,00 €	2 550,25 €	2 575,75 €	2 601,51 €
010305	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	1 543 500,00 €	1 558 935,00 €	1 574 524,35 €	1 590 269,60 €	1 606 172,29 €
01030502	SEGURANÇA SOCIAL DO PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS (RCTFP)	1 543 500,00 €	1 558 935,00 €	1 574 524,35 €	1 590 269,60 €	1 606 172,29 €
0103050201	Caixa Geral de Aposentações	916 000,00 €	925 160,00 €	934 411,60 €	943 755,72 €	953 193,27 €
0103050202	Segurança Social - Regime Geral	627 500,00 €	633 775,00 €	640 112,75 €	646 513,88 €	652 979,02 €
010309	SEGUROS	86 800,00 €	87 668,00 €	88 544,68 €	89 430,13 €	90 324,43 €
01030901	Seguros de Acidentes no trabalho e Doenças Profissionais	86 800,00 €	87 668,00 €	88 544,68 €	89 430,13 €	90 324,43 €
010310	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
01031001	Eventualidade Maternidade, Paternidade e Adoção	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €

#### 2.4.1.2 - “Aquisição de Bens e Serviços – Agrupamento 02”

Neste agrupamento estão contempladas, de um modo geral, quer as despesas com bens de consumo (duráveis ou não) a que não possa reconhecer-se a natureza de despesas de capital, quer com a aquisição de serviços, desdobrando-se nos seguintes subagrupamentos:



“0201 – Aquisição de Bens”, no qual são classificados os bens que em regra tenham pelo menos um ano de duração, devendo por isso ser inventariáveis, os quais não contribuem para a formação de capital fixo e não sendo por isso bens de capital. Também se enquadram os bens que são correntemente consumidos na produção ou com uma presumível duração útil não superior a um ano, não sendo por isso, inventariáveis.

A previsão efetuada considerou todos os contratos de fornecimento e/ou serviços de execução contínua, em curso ou a celebrar, com respeito pelos respetivos cronogramas financeiros e planos de pagamento.

Foram respeitados os cabimentos autorizados e os compromissos assumidos a transitar.

Para as despesas obrigatórias das quais não existe quantificação global, foi efetuada uma análise dos encargos mensais dos últimos exercícios para o cálculo anual a inscrever em **2022** com base nas contas correntes e balancetes respetivos, bem como nos projetos a desenvolver no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio, em vigor, Portugal 2020.

VARIAÇÃO DO AGRUPAMENTO 02 - AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS					
Agrupamento	2020	2021	2022	Tx. Crescimento 2020/2021	Tx. Crescimento 2021/2022
0201-Aquisição de bens	3 467 100,00 €	3 564 579,33 €	4 415 992,64 €	2,81%	23,89%
0202-Aquisição de serviços	8 603 554,11 €	9 317 046,41 €	11 435 290,64 €	8,29%	22,74%
<b>Total Agrupamento</b>	<b>12 070 654,11 €</b>	<b>12 881 625,74 €</b>	<b>15 851 283,28 €</b>	<b>6,72%</b>	<b>23,05%</b>

Em **D2**, encontram-se desagregadas as rubricas de **Aquisição de Bens e Serviços**, na ótica plurianual (2022-2026):

Rubrica	Designação	Período 2022	Período 2023	Período 2024	Período 2025	Período 2026
D2	Aquisição de bens e serviços	15 851 283,28 €	13 907 559,14 €	15 159 635,28 €	15 573 231,55 €	15 668 363,78 €
01	ADMINISTRAÇÃO AUTARQUICA	15 851 283,28 €	13 907 559,14 €	15 159 635,28 €	15 573 231,55 €	15 668 363,78 €
0102	CÂMARA MUNICIPAL	15 851 283,28 €	13 907 559,14 €	15 159 635,28 €	15 573 231,55 €	15 668 363,78 €
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	15 851 283,28 €	13 907 559,14 €	15 159 635,28 €	15 573 231,55 €	15 668 363,78 €
0201	AQUISIÇÃO DE BENS	4 415 992,64 €	4 060 152,57 €	4 504 754,18 €	4 609 801,64 €	4 595 299,63 €
020101	MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS	8 709,64 €	8 796,74 €	8 884,70 €	8 973,55 €	9 063,29 €
02010101	Matérias Primas	8 609,64 €	8 695,74 €	8 782,69 €	8 870,52 €	8 959,23 €
02010102	Matérias Subsidiárias	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
020102	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	226 371,64 €	228 635,36 €	230 921,80 €	233 230,93 €	235 563,23 €
02010201	Gasolina	15 500,00 €	15 655,00 €	15 811,55 €	15 969,67 €	16 129,36 €
02010202	Gasóleo	210 000,00 €	212 100,00 €	214 221,00 €	216 363,21 €	218 526,84 €
02010299	Outros	871,64 €	880,36 €	889,25 €	898,05 €	907,03 €
0201029901	GÁS	271,64 €	274,36 €	277,10 €	279,87 €	282,67 €
0201029902	Lubrificantes	500,00 €	505,00 €	510,05 €	515,15 €	520,30 €
0201029999	Outros	100,00 €	101,00 €	102,10 €	103,03 €	104,06 €
020104	Limpeza e Higiene	15 000,00 €	15 150,00 €	15 301,50 €	15 454,52 €	15 609,06 €
020105	Alimentação - Refeições Confeccionadas	70 914,44 €	71 623,58 €	72 339,82 €	73 063,22 €	73 793,85 €
020106	Alimentação - Géneros para Confeccionar	3 500,00 €	3 535,00 €	3 570,35 €	3 606,05 €	3 642,11 €
020107	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS	16 187,95 €	16 349,83 €	16 513,33 €	16 678,46 €	16 845,24 €
02010701	Fardamento e Equipamentos de Segurança	14 403,88 €	14 547,92 €	14 693,40 €	14 840,33 €	14 988,73 €
02010799	Outro Fardamento	1 784,07 €	1 801,91 €	1 819,93 €	1 838,13 €	1 856,51 €
020108	Material de Escritório	12 487,46 €	12 612,33 €	12 738,46 €	12 865,84 €	12 994,50 €
020109	Produtos Químicos e Farmacêuticos	12 484,20 €	12 609,04 €	12 735,13 €	12 862,48 €	12 991,11 €
020112	Material de Transporte - Peças	32 006,51 €	32 326,58 €	32 649,84 €	32 976,34 €	33 306,10 €
020114	Outro Material - Peças	1 000,00 €	1 010,00 €	1 020,10 €	1 030,30 €	1 040,60 €
020115	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS	50 104,81 €	50 605,86 €	51 111,92 €	51 623,03 €	52 139,26 €
02011501	Prémios	33 600,00 €	33 936,00 €	34 275,36 €	34 618,11 €	34 964,29 €
02011502	Condecorações	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
02011503	Ofertas	16 404,81 €	16 568,86 €	16 734,55 €	16 901,89 €	17 070,91 €



020116	MERCADORIAS PARA VENDA	2 226 992,64 €	2 049 262,57 €	2 271 755,19 €	2 294 472,75 €	2 317 417,47 €
02011601	Água	2 222 712,00 €	2 044 939,12 €	2 267 388,51 €	2 290 062,40 €	2 312 963,02 €
02011603	Outras	4 280,64 €	4 323,45 €	4 366,68 €	4 410,35 €	4 454,45 €
020117	Ferramentas e Utensílios	7 293,01 €	7 365,94 €	7 439,60 €	7 514,00 €	7 589,14 €
020118	Livros e Documentação Técnica	7 632,00 €	7 708,32 €	7 785,40 €	7 863,26 €	7 941,89 €
020119	ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO	600,00 €	606,00 €	612,06 €	618,18 €	624,36 €
02011901	Artigos Honoríficos	500,00 €	505,00 €	510,05 €	515,15 €	520,30 €
02011902	Artigos de Decoração	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
020120	Material de Educação, Cultura e Recreio	500,00 €	505,00 €	510,05 €	515,15 €	520,30 €
020121	OUTROS BENS	1 724 208,34 €	1 541 450,42 €	1 758 864,93 €	1 776 453,58 €	1 794 218,12 €
02012101	Eletricidade - Iluminação Pública	1 483 208,34 €	1 298 040,42 €	1 513 020,83 €	1 528 151,04 €	1 543 432,55 €
02012199	Outros	241 000,00 €	243 410,00 €	245 844,10 €	248 302,54 €	250 785,57 €
0202	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	11 435 290,64 €	9 847 406,57 €	10 654 881,10 €	10 963 429,91 €	11 073 064,15 €
020201	ENCARGOS DAS INSTALAÇÕES	999 204,42 €	909 196,46 €	1 019 288,43 €	1 029 481,31 €	1 039 776,12 €
02020102	Electricidade	906 734,38 €	815 801,72 €	924 959,74 €	934 209,34 €	943 551,43 €
02020104	Gás Natural	92 370,04 €	93 293,74 €	94 226,68 €	95 168,94 €	96 120,63 €
02020199	Outros	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
020202	Limpeza e Higiene	21 000,00 €	21 210,00 €	21 422,10 €	21 636,32 €	21 852,68 €
020203	Conservação de Bens	274 000,00 €	276 740,00 €	279 507,40 €	282 302,47 €	285 125,49 €
020204	Locação de Edifícios	3 804,24 €	3 842,24 €	3 880,71 €	3 919,51 €	3 958,71 €
020205	Locação de Material de Informática	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
020206	Locação de Material de Transporte	100,00 €				
020208	Locação de Outros Bens	2 692,20 €	2 719,12 €	2 746,31 €	2 773,78 €	2 801,51 €
020209	COMUNICAÇÕES	245 000,00 €	247 450,00 €	249 924,50 €	252 423,75 €	254 947,98 €
02020901	Telefones	15 200,00 €	15 352,00 €	15 505,52 €	15 660,58 €	15 817,18 €
02020902	Telemóveis	9 800,00 €	9 898,00 €	9 996,98 €	10 096,95 €	10 197,92 €
02020903	Internet	22 000,00 €	22 220,00 €	22 442,20 €	22 666,62 €	22 893,29 €
02020904	Correios	185 000,00 €	186 850,00 €	188 718,50 €	190 605,69 €	192 511,74 €
02020999	Outros	13 000,00 €	13 130,00 €	13 261,30 €	13 393,91 €	13 527,85 €
020210	Transportes	1 048 007,00 €	958 487,07 €	1 069 071,94 €	1 079 762,66 €	1 090 560,28 €
020211	Representação dos Serviços	1 582,08 €	1 597,90 €	1 613,88 €	1 630,02 €	1 646,32 €
020212	Seguros	95 261,45 €	96 214,06 €	97 176,21 €	98 147,97 €	99 129,45 €
020213	Deslocação e Estadas	2 000,00 €	2 020,00 €	2 040,20 €	2 060,60 €	2 081,21 €
020214	Estudos, Pareceres, Projectos e Consultadoria	60 000,00 €	60 600,00 €	61 206,00 €	61 818,06 €	62 436,24 €
020215	Formação	2 000,00 €	2 020,00 €	2 040,20 €	2 060,60 €	2 081,21 €
020216	Seminários, Exposições e Similares	500,00 €	505,00 €	510,05 €	515,15 €	520,30 €
020217	PUBLICIDADE	103 994,32 €	104 933,27 €	105 982,61 €	107 042,43 €	108 112,85 €
02021701	ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	22 703,01 €	22 930,04 €	23 159,34 €	23 390,93 €	23 624,84 €
0202170101	Institucional	22 603,01 €	22 829,04 €	23 057,33 €	23 287,90 €	23 520,78 €
0202170199	Outros	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
02021702	Campanhas Publicitárias e Promocionais	68 691,31 €	69 277,23 €	69 970,01 €	70 669,71 €	71 376,40 €
02021703	Materiais Publicitários	12 500,00 €	12 625,00 €	12 751,25 €	12 878,76 €	13 007,55 €
02021799	Outros	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
020218	Vigilância e Segurança	105 000,00 €	106 050,00 €	107 110,50 €	108 181,61 €	109 263,42 €
020219	Assistência Técnica	45 000,00 €	45 450,00 €	45 904,50 €	46 363,55 €	46 827,18 €
020220	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	7 788 507,48 €	6 442 452,56 €	7 013 877,48 €	7 286 016,26 €	7 358 876,41 €
02022001	Eventos Culturais	1 337 872,71 €	627 311,45 €	633 584,95 €	639 920,82 €	646 320,01 €
0202200101	Sabores de Chaves	110 000,00 €	111 100,00 €	112 211,00 €	113 333,11 €	114 466,44 €
0202200102	Festa dos Povos de AQUAE FLAVIAE	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
0202200103	Animat Chaves	40 000,00 €	40 400,00 €	40 804,00 €	41 212,04 €	41 624,16 €
0202200104	Chaves em Festa	64 801,83 €	65 449,85 €	66 104,35 €	66 765,39 €	67 433,04 €
0202200105	Cultura para Todos (Inclusão Ativa FSE)	148 022,32 €				
0202200106	Museus - Promoção e Dinamização	10 140,00 €	10 241,00 €	10 343,81 €	10 447,25 €	10 551,72 €
0202200107	Chaves Natal e Final de Ano	150 000,00 €	151 500,00 €	153 015,00 €	154 545,15 €	156 090,60 €
0202200108	EN2 - Chaves Festival	150 000,00 €	151 500,00 €	153 015,00 €	154 545,15 €	156 090,60 €
0202200109	Feira das Varandas - Sabores de Páscoa	2 029,50 €	2 049,80 €	2 070,29 €	2 091,00 €	2 111,91 €
0202200110	Santos Populares	2 029,50 €	2 049,80 €	2 070,29 €	2 091,00 €	2 111,91 €
0202200111	Feira dos Santos	7 000,00 €	7 070,00 €	7 140,70 €	7 212,11 €	7 284,23 €
0202200112	AQUAE FLAVIAE FEST	527 227,93 €				
0202200113	CHAVES, Pólo de Cultura em Rede	8 700,00 €				
0202200114	Projetos Inovadores de Inclusão Social _	32 721,63 €				
0202200115	Residência Artística	100,00 €				
0202200199	Eventos Culturais - Outros	85 000,00 €	85 850,00 €	86 708,50 €	87 575,59 €	88 451,34 €
02022002	Promoção e Divulgação do Concelho	27 564,12 €	27 839,76 €	28 118,16 €	28 399,34 €	28 683,33 €
02022003	Análises Laboratoriais	82 200,00 €	83 022,00 €	83 852,22 €	84 690,74 €	85 537,65 €
02022004	Recolha de Resíduos Sólidos	1 298 400,00 €	1 111 384,00 €	1 324 497,84 €	1 337 742,82 €	1 351 120,25 €
02022005	Tratamento de Resíduos Sólidos	632 000,00 €	538 320,00 €	644 703,20 €	651 150,23 €	657 661,73 €
02022006	Limpeza Urbana	62 328,00 €	62 951,28 €	63 580,79 €	64 216,60 €	64 858,77 €
02022009	Gestão Comercial da Água	165 197,31 €	166 849,28 €	168 517,78 €	170 202,95 €	171 904,98 €
02022010	Saneamento-Recolha e Tratamento Efluentes	3 129 086,28 €	2 960 377,14 €	3 191 980,91 €	3 223 900,72 €	3 256 139,73 €
02022099	Outros	1 053 859,06 €	864 397,65 €	875 041,63 €	1 085 792,04 €	1 096 649,96 €
020224	Encargos de Cobrança de Receitas	135 000,00 €	136 350,00 €	137 713,50 €	139 090,64 €	140 481,54 €
020225	OUTROS SERVIÇOS	502 537,45 €	429 467,89 €	433 762,57 €	438 100,19 €	442 481,19 €
02022501	Registos Notariais	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
02022502	Emolumentos do Tribunal de Contas	1 000,00 €	1 010,00 €	1 020,10 €	1 030,30 €	1 040,60 €
02022504	DGAL	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
02022599	Outros	501 337,45 €	428 255,89 €	432 538,45 €	436 863,83 €	441 232,47 €



### 2.4.1.3 - “Juros e Outros Encargos – Agrupamento 03”

Neste agrupamento são previstos os montantes dos juros decorrentes de empréstimos já contratualizados pelo Município, considerando a evolução do indexante aplicável e levando em conta o mapa de encargos da dívida apresentado pelas respetivas instituições bancárias domiciliárias dos referidos mútuos.

Estes montantes são classificados em “juros da dívida pública”, englobando também as outras despesas inerentes à contratação e gestão dos empréstimos até ao seu vencimento, como as comissões de subscrição e gestão e despesas de manutenção das contas respetivas.

Para os juros de Locação financeira, foi efetuada uma avaliação semelhante, com suporte nos mapas das instituições de crédito contendo informação atualizada relativa aos encargos no âmbito dos contratos de Leasing assumidos.

VARIAÇÃO DO AGRUPAMENTO 03 - JUROS E OUTROS ENCARGOS					
Agrupamento	2020	2021	2022	Tx. Crescimento 2020/2021	Tx. Crescimento 2021/2022
0301-Juros da Dívida pública	211 707,10 €	104 717,96 €	69 300,06 €	-50,54%	-33,82%
0303-Juros de locação Financeira	100,00 €	100,00 €	100,00 €	0,00%	0,00%
0305-Outros Juros	200 200,00 €	26 541,65 €	28 927,66 €	-86,74%	8,99%
0306-Outros encargos financeiros	500,00 €	600,00 €	100,00 €	20,00%	-83,33%
<b>TOTAL AGRUPAMENTO</b>	<b>412 507,10 €</b>	<b>131 959,61 €</b>	<b>98 427,72 €</b>	<b>-68,01%</b>	<b>-25,41%</b>

Em **D3**, encontram-se desagregadas as rubricas de **Juros e Outros Encargos**, na ótica plurianual (2022-2026):

Rubrica	Designação	Período 2022	Período 2023	Período 2024	Período 2025	Período 2026
D3	Juros e outros encargos	98 427,72 €	71 338,83 €	66 431,88 €	61 506,57 €	57 503,29 €
01	ADMINISTRAÇÃO AUTARQUICA	98 427,72 €	71 338,83 €	66 431,88 €	61 506,57 €	57 503,29 €
0102	CÂMARA MUNICIPAL	98 427,72 €	71 338,83 €	66 431,88 €	61 506,57 €	57 503,29 €
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	98 427,72 €	71 338,83 €	66 431,88 €	61 506,57 €	57 503,29 €
0301	JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA	69 300,06 €	60 938,83 €	55 131,88 €	50 206,57 €	46 203,29 €
030103	SOCIEDADES FINANCEIRAS - BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	69 200,06 €	60 838,83 €	55 031,88 €	50 106,57 €	46 103,29 €
03010302	EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZOS	69 200,06 €	60 838,83 €	55 031,88 €	50 106,57 €	46 103,29 €
0301030201	CGD	386,48 €	394,78 €	394,78 €	394,78 €	394,78 €
0301030204	Novo Banco (BES)	303,85 €	381,84 €	381,84 €	381,84 €	381,84 €
0301030205	BPI	13 203,52 €	10 997,82 €	10 997,82 €	10 997,82 €	10 997,82 €
0301030206	Caixa de Crédito Agrícola Mútuo	31 787,27 €	31 305,24 €	31 305,24 €	31 305,24 €	31 305,24 €
0301030207	Santander-Totta	22 129,86 €	16 719,80 €	11 294,91 €	6 751,64 €	2 893,56 €
0301030208	BBVA	1 279,02 €	900,06 €	521,08 €	142,12 €	
0301030209	BEI	10,06 €	39,29 €	36,21 €	33,13 €	30,05 €
0301030299	Outras	100,00 €	100,00 €	100,00 €	100,00 €	100,00 €
030105	Administração Pública Central-Estado	100,00 €	100,00 €	100,00 €	100,00 €	100,00 €
03010502	Empréstimos de Médio e Longo Prazo	100,00 €	100,00 €	100,00 €	100,00 €	100,00 €
0303	JUROS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA	100,00 €	100,00 €	100,00 €	100,00 €	100,00 €
030303	Edifícios	100,00 €	100,00 €	100,00 €	100,00 €	100,00 €
0305	OUTROS JUROS	28 927,66 €	10 200,00 €	10 200,00 €	10 200,00 €	10 200,00 €
030502	Outros	28 927,66 €	10 200,00 €	10 200,00 €	10 200,00 €	10 200,00 €
03050201	Despesas Diversas	100,00 €	100,00 €	100,00 €	100,00 €	100,00 €
03050202	Juros de Mora	10 000,00 €	10 000,00 €	10 000,00 €	10 000,00 €	10 000,00 €
03050299	Outros	18 827,66 €	100,00 €	100,00 €	100,00 €	100,00 €
0306	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS	100,00 €	100,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €
030601	Outros Encargos Financeiros	100,00 €	100,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €

#### 2.4.1.4 - “Transferências Correntes – Agrupamento 04”

Este agrupamento prevê as importâncias a entregar a quaisquer organismos ou entidades para financiar despesas correntes, sem que tal implique, por parte das unidades recebedoras, qualquer contraprestação direta para com o Município.

Encontram-se previstos os pagamentos de encargos destinados a:

- Apoio a Juntas Freguesias;
- Apoio a instituições sem fins lucrativos (Associações culturais, sociais, desportivas...)
- Programa de estágios profissionais na administração Local (PEPAL),
- Apoio à Renda;
- “Programa Chaves Solidário”, destinado a apoiar famílias em bens de primeira necessidade.

Este capítulo traduz o apoio concedido ao desenvolvimento de eventos de interesse Local e/ou atividades de natureza social, cultural, desportiva e recreativa, bem como forma de apoiar estratos sociais desfavorecidos e apoios de natureza corrente para outras entidades.

VARIACÃO DO AGRUPAMENTO 04 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES					
Agrupamento	2020	2021	2022	Tx. Crescimento 2020/2021	Tx. Crescimento 2021/2022
0401-Sociedades e quase sociedades não financeiras - públicas	1 000,00 €	1 000,00 €	200,00 €	0,00%	-80,00%
0405 - Administração local	276 859,76 €	140 073,08 €	383 882,83 €	-49,41%	174,06%
0407 - Instituições sem fins Lucrativos	798 194,15 €	958 100,00 €	1 447 955,47 €	20,03%	51,13%
0408 - Famílias	308 604,93 €	589 052,11 €	358 007,79 €	90,88%	-39,22%
0409 - Resto do Mundo	100,00 €	0,00 €	0,00 €	-100,00%	0,00%
<b>Total Agrupamento</b>	<b>1 383 758,84 €</b>	<b>1 688 225,19 €</b>	<b>2 190 046,09 €</b>	<b>22,00%</b>	<b>29,72%</b>

#### 2.4.1.5 - “Subsídios – Agrupamento 05”

Neste agrupamento consideram-se os fluxos financeiros não reembolsáveis pelas Autarquias Locais para as empresas municipais e intermunicipais ou empresas participadas, bem como apoios a famílias, designadamente e no caso em concreto, atribuição de “Bolsas de Estudos ao Ensino Superior”, “Bolsas de Investigação” e “Apoio à Produção Pecuária e Suinicultura”.

Encontra-se prevista neste agrupamento, e no cumprimento dos preceitos estabelecidos no artº42º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, e 19º e 51º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, uma dotação residual, na **rubrica da 0501010101, no valor de**



**1.000,00€**, considerando que se desconhece, à data atual, a necessidade de efetivação de transferência para a GEMC, EM., destinada à reposição do equilíbrio do resultado líquido antes de impostos, tendo em conta a quebra de atividade da empresa municipal, por força da pandemia Covid19.

Em **D4**, encontram-se desagregadas as rubricas de **Transferências e Subsídios correntes**, na ótica plurianual (2022-2026):

Rubrica	Designação	Período 2022	Período 2023	Período 2024	Período 2025	Período 2026
D4	Transferências e subsídios correntes	2 247 246,09 €	2 228 308,56 €	2 250 591,63 €	2 273 097,57 €	2 295 828,52 €
D41	Transferências correntes	2 190 046,09 €	2 172 556,56 €	2 194 282,11 €	2 216 224,95 €	2 238 387,18 €
D411	Administrações Públicas	383 882,83 €	387 721,66 €	391 598,87 €	395 514,87 €	399 470,01 €
D4115	Administração Local	383 882,83 €	387 721,66 €	391 598,87 €	395 514,87 €	399 470,01 €
01	ADMINISTRAÇÃO AUTARQUICA	383 882,83 €	387 721,66 €	391 598,87 €	395 514,87 €	399 470,01 €
0102	CÂMARA MUNICIPAL	383 882,83 €	387 721,66 €	391 598,87 €	395 514,87 €	399 470,01 €
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	383 882,83 €	387 721,66 €	391 598,87 €	395 514,87 €	399 470,01 €
0405	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	383 882,83 €	387 721,66 €	391 598,87 €	395 514,87 €	399 470,01 €
040501	CONTINENTE	383 882,83 €	387 721,66 €	391 598,87 €	395 514,87 €	399 470,01 €
04050102	FREGUESIAS	75 100,00 €	75 851,00 €	76 609,51 €	77 375,61 €	78 149,36 €
0405010201	Protocolos Freguesias	5 000,00 €	5 050,00 €	5 100,50 €	5 151,51 €	5 203,02 €
0405010202	Acordos Execução	70 000,00 €	70 700,00 €	71 407,00 €	72 121,07 €	72 842,28 €
0405010203	Outras Transferências(LEI 50/2018)	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
04050104	ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS	308 782,66 €	311 870,66 €	314 989,36 €	318 139,26 €	321 236,65 €
0405010401	ANMP	12 206,60 €	12 328,67 €	12 451,95 €	12 576,47 €	12 702,24 €
0405010403	CIM_AT	296 476,23 €	299 440,99 €	302 435,40 €	305 459,76 €	308 514,35 €
0405010499	Outros	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
D412	Entidades do Setor Não Lucrativo	1 447 955,47 €	1 462 435,03 €	1 477 059,37 €	1 491 829,97 €	1 506 748,26 €
01	ADMINISTRAÇÃO AUTARQUICA	1 447 955,47 €	1 462 435,03 €	1 477 059,37 €	1 491 829,97 €	1 506 748,26 €
0102	CÂMARA MUNICIPAL	1 447 955,47 €	1 462 435,03 €	1 477 059,37 €	1 491 829,97 €	1 506 748,26 €
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1 447 955,47 €	1 462 435,03 €	1 477 059,37 €	1 491 829,97 €	1 506 748,26 €
0407	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	1 447 955,47 €	1 462 435,03 €	1 477 059,37 €	1 491 829,97 €	1 506 748,26 €
040701	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	1 447 955,47 €	1 462 435,03 €	1 477 059,37 €	1 491 829,97 €	1 506 748,26 €
04070101	Associações Culturais	195 312,60 €	197 265,73 €	199 238,38 €	201 230,77 €	203 243,07 €
04070102	Associações Desportivas	427 788,00 €	432 065,88 €	436 386,54 €	440 750,40 €	445 157,91 €
04070103	IPSS/Associações Sociais	210 634,87 €	212 741,22 €	214 868,63 €	217 017,32 €	219 187,49 €
04070104	Associações Promoção Desenvolvimento	20 000,00 €	20 200,00 €	20 402,00 €	20 606,02 €	20 812,08 €
04070105	Apoio à Educação	75 220,00 €	75 972,20 €	76 731,92 €	77 499,24 €	78 274,23 €
04070108	Vidagustermas	40 000,00 €	40 400,00 €	40 804,00 €	41 212,04 €	41 624,16 €
04070199	Outras Associações	479 000,00 €	483 790,00 €	488 627,90 €	493 514,18 €	498 449,32 €
D413	Famílias	358 007,79 €	322 197,87 €	325 419,85 €	328 674,05 €	331 960,79 €
01	ADMINISTRAÇÃO AUTARQUICA	358 007,79 €	322 197,87 €	325 419,85 €	328 674,05 €	331 960,79 €
0102	CÂMARA MUNICIPAL	358 007,79 €	322 197,87 €	325 419,85 €	328 674,05 €	331 960,79 €
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	358 007,79 €	322 197,87 €	325 419,85 €	328 674,05 €	331 960,79 €
0408	FAMÍLIAS	358 007,79 €	322 197,87 €	325 419,85 €	328 674,05 €	331 960,79 €
040801	Empresário em Nome Individual	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
040802	OUTRAS	357 907,79 €	322 096,87 €	325 317,84 €	328 571,02 €	331 856,73 €
04080201	Programas Ocupacionais	165 000,00 €	166 650,00 €	168 316,50 €	169 999,67 €	171 699,66 €
04080202	OUTRAS	192 907,79 €	155 446,87 €	157 001,34 €	158 571,35 €	160 157,07 €
0408020201	PEPAL	44 600,00 €	45 046,00 €	45 496,46 €	45 951,42 €	46 410,94 €
0408020202	Apoio à Produção Pecuária e Suinicultura	65 000,00 €	65 650,00 €	66 306,50 €	66 969,57 €	67 639,26 €
0408020203	Programa "Chaves Solidário"	39 000,00 €				
0408020299	Outros	44 307,79 €	44 750,87 €	45 198,38 €	45 650,36 €	46 106,87 €
D414	Outras	200,00 €	202,00 €	204,02 €	206,06 €	208,12 €
01	ADMINISTRAÇÃO AUTARQUICA	200,00 €	202,00 €	204,02 €	206,06 €	208,12 €
0102	CÂMARA MUNICIPAL	200,00 €	202,00 €	204,02 €	206,06 €	208,12 €
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	200,00 €	202,00 €	204,02 €	206,06 €	208,12 €
0401	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	200,00 €	202,00 €	204,02 €	206,06 €	208,12 €
040101	Públicas	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
04010102	Outras	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
040102	Privadas	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €



D42		Subsídios Correntes	57 200,00 €	55 752,00 €	56 309,52 €	56 872,62 €	57 441,34 €
	01	ADMINISTRAÇÃO AUTARQUICA	57 200,00 €	55 752,00 €	56 309,52 €	56 872,62 €	57 441,34 €
	0102	CÂMARA MUNICIPAL	57 200,00 €	55 752,00 €	56 309,52 €	56 872,62 €	57 441,34 €
	05	SUBSÍDIOS	57 200,00 €	55 752,00 €	56 309,52 €	56 872,62 €	57 441,34 €
	0501	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	2 100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
	050101	PÚBLICAS	1 100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
	05010101	Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	1 000,00 €				
	0501010101	GEMC	1 000,00 €				
	05010102	Outras	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
	050104	PRIVADAS - POLÍTICAS ACTIVAS DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL - ACÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	1 000,00 €				
	05010401	APEPAT	1 000,00 €				
	0508	FAMÍLIAS	55 100,00 €	55 651,00 €	56 207,51 €	56 769,59 €	57 337,28 €
	050803	OUTRAS	55 100,00 €	55 651,00 €	56 207,51 €	56 769,59 €	57 337,28 €
	05080301	Bolsas de Estudo	35 000,00 €	35 350,00 €	35 703,50 €	36 060,54 €	36 421,14 €
	05080302	Bolsas de Investigação	20 000,00 €	20 200,00 €	20 402,00 €	20 606,02 €	20 812,08 €
	05080399	Outras	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €

#### 2.4.1.6 - “Outras Despesas Correntes – Agrupamento 06”

Este agrupamento inclui a restituição de impostos ou contribuições que não sejam em termos da lei em vigor por abate à receita.

Estão ainda contempladas as despesas resultantes da cedência temporária de ativos intangíveis englobando, nomeadamente, despesas de constituição, despesas de investigação e desenvolvimento de propriedade industrial e, ainda, os trespasses. Os montantes previstos desagregam-se pelas seguintes rubricas:

- Impostos e taxas
- Outras restituições
- IVA pago
- Serviços bancários
- Indemnizações
- IRC retido sobre juros
- Outras

VARIAÇÃO DO AGRUPAMENTO 06 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES					
Agrupamento	2020	2021	2022	Taxa Crescimento 2020/2021	Taxa Crescimento 2021/2022
06-Outras Despesas Correntes	758 566,41 €	826 763,07 €	708 417,49 €	8,99%	-14,31%
<b>Total Agrupamento</b>	<b>758 566,41 €</b>	<b>826 763,07 €</b>	<b>708 417,49 €</b>	<b>8,99%</b>	<b>-14,31%</b>

Em **D5**, encontram-se desagregadas as rubricas de **Outras Despesas Correntes**, na ótica plurianual (2022-2026):



Rubrica	Designação	Período 2022	Período 2023	Período 2024	Período 2025	Período 2026
D5	Outras despesas correntes	708 417,49 €	715 501,66 €	722 656,67 €	730 883,23 €	737 151,84 €
01	ADMINISTRAÇÃO AUTARQUICA	708 417,49 €	715 501,66 €	722 656,67 €	730 883,23 €	737 151,84 €
0102	CÂMARA MUNICIPAL	708 417,49 €	715 501,66 €	722 656,67 €	730 883,23 €	737 151,84 €
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	708 417,49 €	715 501,66 €	722 656,67 €	730 883,23 €	737 151,84 €
0602	DIVERSAS	708 417,49 €	715 501,66 €	722 656,67 €	730 883,23 €	737 151,84 €
060201	Impostos e Taxas	2 100,00 €	2 121,00 €	2 142,21 €	2 163,63 €	2 185,27 €
06020101	Impostos e Taxas Pagos pela Autarquia	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
06020102	Restituições de Impostos e Taxas Cobrados	2 000,00 €	2 020,00 €	2 040,20 €	2 060,60 €	2 081,21 €
060203	OUTRAS	706 317,49 €	713 380,66 €	720 514,46 €	728 719,60 €	734 966,57 €
06020301	Outras Restituições	27 000,00 €	27 270,00 €	27 542,70 €	27 818,13 €	28 096,31 €
06020302	IVA Pago	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
06020304	Serviços Bancários	31 000,00 €	31 310,00 €	31 623,10 €	31 939,33 €	32 258,72 €
06020305	Outras	648 217,49 €	654 699,66 €	661 246,65 €	668 859,11 €	674 507,48 €
0602030501	Indemnizações	3 000,00 €	3 030,00 €	3 060,30 €	3 090,90 €	3 121,81 €
0602030502	IRC retido sobre juros	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
0602030503	QUOTIZAÇÕES	82 030,24 €	82 850,54 €	83 679,04 €	84 515,82 €	85 330,76 €
060203050301	APMCH	713,00 €	720,13 €	727,33 €	734,60 €	741,95 €
060203050302	AECT	50 000,00 €	50 500,00 €	51 005,00 €	51 515,05 €	52 030,20 €
060203050306	Fundação Serralves	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
060203050307	ANMP	6 161,67 €	6 223,29 €	6 285,52 €	6 348,37 €	6 411,86 €
060203050308	ATP	2 934,77 €	2 964,12 €	2 993,76 €	3 023,70 €	3 023,70 €
060203050310	TPNP	1 500,00 €	1 515,00 €	1 530,15 €	1 545,45 €	1 560,91 €
060203050311	AMREN2	1 200,00 €	1 212,00 €	1 224,12 €	1 236,36 €	1 248,72 €
060203050312	ARJP(ROTAS SEFARAD)	1 500,00 €	1 515,00 €	1 530,15 €	1 545,45 €	1 560,91 €
060203050313	ADRAT	16 744,32 €	16 911,76 €	17 080,88 €	17 251,69 €	17 424,21 €
060203050399	Outras	1 176,48 €	1 188,24 €	1 200,12 €	1 212,12 €	1 224,24 €
0602030599	Outras	563 087,25 €	568 718,12 €	574 405,30 €	581 149,36 €	585 950,85 €

## 2.4.2 – Despesa de Capital

Envolvem despesas que implicam alterações no património duradouro e que se traduzem no enriquecimento deste, contribuindo para a formação bruta de capital fixo, ou seja, bens de capital que se mantêm sem alteração no decurso da atividade autárquica, sofrendo apenas determinado desgaste na medida da sua utilização.

Estas despesas culminam na produção de bens e outros investimentos que conferem rendimentos ou acréscimos do bem-estar social.

**Saliente-se que, para uma correta leitura e interpretação destas despesas, os montantes previstos e classificados no “agrupamento 07”, resultam do somatório das ações constantes do PPI, pela classificação atribuída.**

### 2.4.2.1 – “Aquisição de bens de capital – Agrupamento 07”

Este agrupamento apresenta-se com três subagrupamentos sob a designação “Investimentos”, “Locação financeira” e “Bens de domínio público”.

**0701 – Investimentos** - Para efeitos do classificador aplicado às autarquias locais, “investimento” é encarado segundo a ótica de estrita natureza de investimento, pelo que, no âmbito daquele subagrupamento, se compreenderão, exclusivamente, as despesas com a aquisição e também as grandes reparações dos bens que contribuem para a formação de capital fixo, isto é, bens

duradouros utilizados, pelo menos durante um ano, na produção de bens ou serviços, sem que dessa utilização resulte alteração significativa da sua estrutura técnica (máquinas, viaturas, equipamento, edifícios, outras construções, etc.).

O conceito de “grande reparação” está associado não só ao maior ou menor custo das obras a realizar, mas às razões subjacentes às mesmas onde, necessariamente, terão de constar objetivos de acréscimo de duração ou da produtividade dos bens de capital em causa. Tratando-se de edifícios ou de habitações, constituem “grandes reparações” e, por conseguinte, classificáveis nas respetivas rubricas de investimento, as obras que impliquem alteração das plantas dos imóveis. No caso de viaturas automóveis e de outro material de transporte com características semelhantes, considera-se “grande reparação” a que implica grande intervenção ou substituição ao motor.

Na aquisição de terrenos encontra-se prevista a aquisição de solos, plantações de natureza permanente e terrenos propriamente ditos.

**070102 – Habitações** - abrangem não só o valor da construção dos edifícios destinados inteira ou parcialmente a habitação, mas também as despesas efetuadas com grandes reparações, ampliação ou transformações importantes, incluindo as despesas com pintura interior e exterior das habitações novas e respeitantes a instalações permanentes, nomeadamente aparelhos de aquecimento inamovíveis, iluminação e canalização.

**070103 – Edifícios** - Também neste subagrupamento se incluem despesas com a construção, grandes reparações e transformações e ampliação de edifícios que não sejam destinados à habitação, contemplando ainda as edificações utilizadas com fins administrativos, escolas, ginásios, cresces, lares, mercados, armazéns e oficinas.

**070104 – Construções Diversas** - os montantes previstos para “Construções diversas”, dizem respeito à construção, grandes reparações ou a renovação de obras (ex. viadutos, arruamentos, estradas, pontes, parques de estacionamento de viaturas, parques desportivos, instalações de rede de esgotos, rede de abastecimento de água, parques e jardins, cemitérios...). Também se inclui nesta rubrica o custo de preparação de terrenos, como as terraplanagens e nivelamentos, necessárias à construção.

**070106 – Material de transporte** - este subagrupamento, prevê os montantes destinados à aquisição de veículos ligeiros e/ou viaturas de transporte de pessoas ou mercadorias. Compreende também as despesas com grandes reparações ou transformações que visem prolongar a vida útil normal prevista para este tipo de bens.

Os montantes considerados em “**Equipamento de informática**” e “**Software informático**” respeitam à aquisição de computadores, terminais, impressoras (hardware) e outros bens que, revestindo carácter de investimento, estão direta e indiretamente, ligados à produção informática.

Para o “**equipamento administrativo**” foram previstos valores referentes a despesas com equipamento social, de desporto e cultural e ainda mobiliário diverso.

**070110 – Equipamento básico** - está contemplado as despesas com instrumentos, máquinas, instalações e outros bens como os contadores de água e equipamento escolar, bem como os gastos adicionais com a adaptação de maquinaria e de instalações no desempenho das atividades próprias da autarquia.

Engloba as despesas com ferramentas e utensílios com duração superior a um ano e de valor unitário relevante e as despesas com obras de arte e decoração, de coleção e valor histórico relevante e recheios de museus e prevê ainda despesas com outros investimentos, não tipificadas em rubricas específicas.

**0702 – Locação financeira** – compreende as despesas com contratos de locação financeira de imóveis adquiridos, nos termos da legislação em vigor para esta tipologia.

**0703 – Bens de domínio público** – contemplam as despesas com bens de domínio público definidos nos termos da legislação em vigor como a classe dos bens do ativo fixo tangível, afetos a uma finalidade cuja dominialidade é pública, sujeitos à impenhorabilidade, imprescritibilidade, inalienabilidade e inexpropriabilidade.

VARIAÇÃO DO AGRUPAMENTO 07 - AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL					
Agrupamento	2020	2021	2022	Tx. Crescimento 2020/2021	Tx. Crescimento 2021/2022
070101-Terrenos	43 100,00 €	115 026,50 €	147 114,71 €	166,88%	27,90%
070102-Habitações	2 978 118,72 €	2 330 492,68 €	1 133 753,37 €	-21,75%	-51,35%
070103-Edifícios	6 126 354,02 €	7 293 630,98 €	6 420 188,75 €	19,05%	-11,98%
070104-Construções Diversas	2 184 530,62 €	2 413 771,93 €	1 015 684,59 €	10,49%	-57,92%
070106-Material de Transporte	167 896,20 €	93 540,19 €	105 000,00 €	-44,29%	12,25%
070107-Equipamento de Informática	15 393,50 €	731 009,05 €	291 825,43 €	4648,82%	-60,08%
070108-Software Informático	89 539,35 €	125 799,63 €	72 873,75 €	40,50%	-42,07%
070109-Equipamento Administrativo	21 000,00 €	11 000,00 €	11 000,00 €	-47,62%	0,00%
070110-Equipamento Básico	282 740,44 €	1 822 705,34 €	662 731,99 €	544,66%	-63,64%
070111-Ferramentas e Utensílios	6 000,00 €	6 000,00 €	6 000,00 €	0,00%	0,00%
070112-Artigos e Objetos de Valor	10 000,00 €	10 000,00 €	10 070,00 €	0,00%	0,70%
070115-Outros Investimentos	590 113,25 €	454 424,75 €	844 637,14 €	-22,99%	85,87%
0702-Locação Financeira	176 230,04 €	215 798,36 €	20 000,00 €	22,45%	-90,73%
0703-Bens de Domínio Público	11 255 588,57 €	8 153 390,35 €	7 489 828,93 €	-27,56%	-8,14%
<b>TOTAL AGRUPAMENTO</b>	<b>23 946 604,71 €</b>	<b>23 776 589,76 €</b>	<b>18 230 708,66 €</b>	<b>-0,71%</b>	<b>-23,32%</b>

### 2.4.2.2 - “Transferências de Capital – Agrupamento 08”

Neste agrupamento, encontram-se previstas as comparticipações destinadas ao financiamento de despesas de investimento de instituições, Juntas de Freguesia e outras entidades.

VARIAÇÃO DO AGRUPAMENTO 08 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL					
Agrupamento	2020	2021	2022	Tx. Crescimento 2020/2021	Tx. Crescimento 2021/2022
0805-Administração Local (Freguesias)	784 434,80 €	1 049 591,15 €	800 400,00 €	33,80%	-23,74%
0807 - Instituições sem fins Lucrativos	191 300,00 €	670 201,33 €	371 377,11 €	250,34%	-44,59%
0808 - Famílias	40 000,00 €	25 000,00 €	35 000,00 €	-37,50%	40,00%
<b>TOTAL AGRUPAMENTO</b>	<b>1 015 734,80 €</b>	<b>1 744 792,48 €</b>	<b>1 206 777,11 €</b>	<b>71,78%</b>	<b>-30,84%</b>

Em **D7**, encontram-se desagregadas as rubricas de **Transferências e Subsídios de Capital**, na ótica plurianual (2022-2026):

Rubrica	Designação	Período 2022	Período 2023	Período 2024	Período 2025	Período 2026
D7	Transferências e subsídios de capital	1 206 777,11 €	1 218 844,88 €	1 231 033,39 €	1 243 343,67 €	1 255 777,09 €
D71	Transferências de capital	1 206 777,11 €	1 218 844,88 €	1 231 033,39 €	1 243 343,67 €	1 255 777,09 €
D711	Administrações Públicas	800 400,00 €	808 404,00 €	816 488,04 €	824 652,92 €	832 899,45 €
D7115	Administração Local	800 400,00 €	808 404,00 €	816 488,04 €	824 652,92 €	832 899,45 €
01	ADMINISTRAÇÃO AUTARQUICA	800 400,00 €	808 404,00 €	816 488,04 €	824 652,92 €	832 899,45 €
0102	CÂMARA MUNICIPAL	800 400,00 €	808 404,00 €	816 488,04 €	824 652,92 €	832 899,45 €
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	800 400,00 €	808 404,00 €	816 488,04 €	824 652,92 €	832 899,45 €
0805	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	800 400,00 €	808 404,00 €	816 488,04 €	824 652,92 €	832 899,45 €
080501	CONTINENTE	800 400,00 €	808 404,00 €	816 488,04 €	824 652,92 €	832 899,45 €
08050102	FREGUESIAS	800 200,00 €	808 202,00 €	816 284,02 €	824 446,86 €	832 691,33 €
0805010201	Protocolos Freguesias	800 000,00 €	808 000,00 €	816 080,00 €	824 240,80 €	832 483,21 €
0805010202	Acordos Execução	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
0805010203	Outras Transferências (LEI 50/2018)	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
08050104	ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
0805010402	CIM_AT	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
08050105	ASSOCIAÇÕES DE FREGUESIAS	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
D712	Entidades do Setor não Lucrativo	371 377,11 €	375 090,88 €	378 841,85 €	382 630,21 €	386 456,50 €
01	ADMINISTRAÇÃO AUTARQUICA	371 377,11 €	375 090,88 €	378 841,85 €	382 630,21 €	386 456,50 €
0102	CÂMARA MUNICIPAL	371 377,11 €	375 090,88 €	378 841,85 €	382 630,21 €	386 456,50 €
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	371 377,11 €	375 090,88 €	378 841,85 €	382 630,21 €	386 456,50 €
0807	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	371 377,11 €	375 090,88 €	378 841,85 €	382 630,21 €	386 456,50 €
080701	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	371 377,11 €	375 090,88 €	378 841,85 €	382 630,21 €	386 456,50 €
08070101	Apoio à Aquisição de Equipamento e Remodelação de Instalações dos Bombeiros	30 000,00 €	30 300,00 €	30 603,00 €	30 909,03 €	31 218,12 €
08070104	Comparticipação na construção, benef. e conserv. de Equipamentos Sociais	70 000,00 €	70 700,00 €	71 407,00 €	72 121,07 €	72 842,28 €
08070106	Comparticipação em equipamentos de Instituições Desportivas do Concelho	20 000,00 €	20 200,00 €	20 402,00 €	20 606,02 €	20 812,08 €
08070107	Reparação de Património Religioso	100,00 €	101,00 €	102,03 €	103,03 €	104,06 €
08070108	Flavifomento	100,00 €	101,00 €	102,03 €	103,03 €	104,06 €
08070109	Vidagusternas	100,00 €	101,00 €	102,03 €	103,03 €	104,06 €
08070110	Baldios (Conselho de Compadres)	240 177,11 €	242 578,88 €	245 004,67 €	247 454,72 €	249 929,26 €
08070111	Escola Profissional de Chaves - EPC	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
08070199	Outras	10 800,00 €	10 908,00 €	11 017,08 €	11 127,25 €	11 238,52 €
D713	Famílias	35 000,00 €	35 350,00 €	35 703,50 €	36 060,54 €	36 421,14 €
01	ADMINISTRAÇÃO AUTARQUICA	35 000,00 €	35 350,00 €	35 703,50 €	36 060,54 €	36 421,14 €
0102	CÂMARA MUNICIPAL	35 000,00 €	35 350,00 €	35 703,50 €	36 060,54 €	36 421,14 €
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	35 000,00 €	35 350,00 €	35 703,50 €	36 060,54 €	36 421,14 €
0808	FAMÍLIAS	35 000,00 €	35 350,00 €	35 703,50 €	36 060,54 €	36 421,14 €
080802	OUTRAS	35 000,00 €	35 350,00 €	35 703,50 €	36 060,54 €	36 421,14 €
08080201	Apoio ao Abrigo do Regulamento de Ação Social/Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos	35 000,00 €	35 350,00 €	35 703,50 €	36 060,54 €	36 421,14 €

### 2.4.2.3 – “Ativos Financeiros, Passivos Financeiros e Outras Despesas de Capital – Agrupamentos 9, 10 e 11”

No agrupamento “**09 - Ativos Financeiros**” contabilizam-se as operações financeiras quer com a aquisição de títulos de crédito incluindo obrigações, ações, quotas e outras formas de participação, quer com a concessão de empréstimos e adiantamentos ou subsídios reembolsáveis.

Ao abrigo da lei nº 53/2014, de 25 de agosto, foi regulamentando o FAM – Fundo de Apoio Municipal. O valor nominal subscrito e o valor nominal realizado do FAM por parte do Município de Chaves é 896.499,00€, correspondendo a 0,21% do seu capital.

O agrupamento “**10 – Passivos Financeiros**” compreende as operações financeiras, englobando as de tesouraria e as de médio e longo prazo, que envolvam pagamentos decorrentes da amortização de empréstimos, contratualizados pelo Município e destinados ao financiamento de projetos de investimento, e operações de substituição de dívida contratualizadas ao abrigo das disposições previstas na LOE (Substituição do PAEL, substituição do EMLP contratualizado pela MARC, junto do Millennium BCP, decorrente do processo de internalização da MARC e, ainda, a substituição dos EMLP de saneamento financeiro).

Encontram-se, também, previstas, as amortizações decorrentes dos EMLP contratualizados no âmbito do EQ BEI PT 2020, e relativas aos desembolsos já efetivados e àqueles que irão ocorrer, ainda, em 2022.

O agrupamento “**11 - Outras despesas de capital**” contempla despesas de carácter residual, que, embora de natureza capital, não sejam classificáveis em qualquer outra rubrica.

VARIAÇÃO DOS AGRUPAMENTOS: 09 – ATIVOS FINANCEIROS; 10 - PASSIVOS FINANCEIROS E 11 – OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL					
Agrupamento	2020	2021	2022	Tx. Crescimento 2019/2020	Tx. Crescimento 2020/2021
09-Ativos Financeiros	50 305,50 €	600,00 €	600,00 €	-98,81%	0,00%
10-Passivos Financeiros	2 492 242,53 €	2 329 402,34 €	2 343 571,96 €	-6,53%	0,61%
11 - Outras Despesas de Capital	11 000,00 €	25 000,00 €	1 100,00 €	127,27%	-95,60%
<b>TOTAL AGRUPAMENTOS</b>	<b>2 553 548,03 €</b>	<b>2 355 002,34 €</b>	<b>2 345 271,96 €</b>	<b>-7,78%</b>	<b>-0,41%</b>

Em **D8**, encontram-se desagregadas as rubricas de **Outras Despesas de Capital**, na ótica plurianual (2022-2026):

Rubrica	Designação	Período 2022	Período 2023	Período 2024	Período 2025	Período 2026
D8	Outras despesas de capital	1 100,00 €	1 111,00 €	1 122,11 €	1 133,33 €	1 144,66 €
01	ADMINISTRAÇÃO AUTARQUICA	1 100,00 €	1 111,00 €	1 122,11 €	1 133,33 €	1 144,66 €
0102	CÂMARA MUNICIPAL	1 100,00 €	1 111,00 €	1 122,11 €	1 133,33 €	1 144,66 €
11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	1 100,00 €	1 111,00 €	1 122,11 €	1 133,33 €	1 144,66 €
1102	DIVERSAS	1 100,00 €	1 111,00 €	1 122,11 €	1 133,33 €	1 144,66 €
110201	Restituições	1 000,00 €	1 010,00 €	1 020,10 €	1 030,30 €	1 040,60 €
110299	Outras	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €

Em **D9**, encontram-se desagregadas as rubricas de **Despesa com Ativos Financeiros**, na ótica plurianual (2022-2026):

Rubrica	Designação	Período 2022	Período 2023	Período 2024	Período 2025	Período 2026
D9	Despesa com ativos financeiros	600,00 €	606,00 €	612,06 €	618,18 €	624,36 €
01	ADMINISTRAÇÃO AUTARQUICA	600,00 €	606,00 €	612,06 €	618,18 €	624,36 €
0102	CÂMARA MUNICIPAL	600,00 €	606,00 €	612,06 €	618,18 €	624,36 €
09	ACTIVOS FINANCEIROS	600,00 €	606,00 €	612,06 €	618,18 €	624,36 €
0907	ACÇÕES E OUTRAS PARTICIPAÇÕES	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
090701	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS-PRIVADAS	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
09070199	Outras	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
0908	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	300,00 €	303,00 €	306,03 €	309,09 €	312,18 €
090801	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS-PRIVADAS	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
09080199	Outras	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
090802	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS-PÚBLICAS	200,00 €	202,00 €	204,02 €	206,06 €	208,12 €
09080201	Fundo de Apoio Municipal	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
09080299	Outros	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
0909	OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS	200,00 €	202,00 €	204,02 €	206,06 €	208,12 €
090901	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS-PRIVADAS	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
09090199	Outras	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
090902	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS-PÚBLICAS	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €
09090299	Outras Empresas	100,00 €	101,00 €	102,01 €	103,03 €	104,06 €

Em **D10**, encontram-se desagregadas as rubricas de **Despesa com Passivos Financeiros**, na ótica plurianual (2022-2026):

Rubrica	Designação	Período 2022	Período 2023	Período 2024	Período 2025	Período 2026
D10	Despesa com passivos financeiros	2 343 571,96 €	2 387 006,13 €	2 357 048,99 €	2 207 609,46 €	2 133 327,05 €
01	ADMINISTRAÇÃO AUTARQUICA	2 343 571,96 €	2 387 006,13 €	2 357 048,99 €	2 207 609,46 €	2 133 327,05 €
0103	OPERAÇÕES FINANCEIRAS	2 343 571,96 €	2 387 006,13 €	2 357 048,99 €	2 207 609,46 €	2 133 327,05 €
10	PASSIVOS FINANCEIROS	2 343 571,96 €	2 387 006,13 €	2 357 048,99 €	2 207 609,46 €	2 133 327,05 €
1006	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZO	2 343 471,96 €	2 386 906,13 €	2 356 948,99 €	2 207 509,46 €	2 133 227,05 €
100603	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	2 343 371,96 €	2 386 806,13 €	2 356 848,99 €	2 207 409,46 €	2 133 127,05 €
10060301	CGD	108 509,89 €	108 509,89 €	108 509,89 €	108 509,89 €	108 509,89 €
10060304	Novo Banco (BES)	79 549,02 €	106 065,36 €	106 065,36 €	106 065,36 €	79 549,11 €
10060305	BPI	1 134 472,88 €	1 106 866,62 €	1 106 866,62 €	1 106 866,62 €	1 106 866,62 €
10060306	Caixa de Crédito Agrícola Mútuo	147 304,80 €	147 304,80 €	147 304,80 €	147 304,80 €	147 304,80 €
10060307	Santander-Totta	757 309,73 €	758 861,67 €	728 901,45 €	595 382,16 €	595 382,16 €
10060308	BBVA	63 692,56 €	63 692,56 €	63 692,56 €	47 769,24 €	
10060309	BEI	52 433,08 €	95 405,23 €	95 408,31 €	95 411,39 €	95 414,47 €
10060399	Outros	100,00 €	100,00 €	100,00 €	100,00 €	100,00 €
100605	Administração Pública Central - Estado	100,00 €	100,00 €	100,00 €	100,00 €	100,00 €
1007	OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS	100,00 €	100,00 €	100,00 €	100,00 €	100,00 €
100706	Administração Pública Central - Serviços e Fundos Autónomos	100,00 €	100,00 €	100,00 €	100,00 €	100,00 €

## 2.5 – Plano Plurianual de Investimentos

O Plano Plurianual de Investimentos engloba a informação de cada projeto de investimento, considerando-se este como o conjunto de ações inter-relacionadas, delimitadas no tempo, com vista à concretização de um objetivo que contribua para a formação bruta de capital fixo, bem como as respetivas fontes de financiamento, de acordo com os objetivos estabelecidos pela autarquia.

O Plano Plurianual de Investimentos a aprovar contempla todos os projetos/ações que o Município se propõe desenvolver, e em alguns casos, concluir no ano de **2022**, domiciliados nas respetivas Funções, bem como a previsão de investimentos a realizar **até 2026**, nos termos previstos nos modelos constantes da NCP26, do SNC-AP.

O valor previsto para o ano de 2022 totaliza **18.230.708,66€**, registando a seguinte representatividade quanto às funções que o compõem:

Representatividade das Funções no PPI e no Orçamento 2022				
Funcional do Pano	Total PPI	%	Total Orçamento	%
	18 230 708,66 €	100,00%	50 923 237,31 €	
Funções Gerais	3 249 355,69 €	17,82%	3 249 355,69 €	6,38%
Funções Sociais	8 221 169,68 €	45,10%	8 221 169,68 €	16,14%
Funções Económicas	6 219 156,88 €	34,11%	6 219 156,88 €	12,21%
Outras Funções	541 026,41 €	2,97%	541 026,41 €	1,06%

**Foi manifesta a intenção em canalizar investimento para as Funções Sociais e Económicas, representando 45,10% e 34,11%, no total do PPI, respetivamente.**

Destaca-se no PPI a aprovar, projetos/ações em curso, a iniciar e, muitas, em fase de conclusão, referentes a candidaturas efetuadas no âmbito dos seguintes Programas:

- POSEUR;
- DLBC – RURAL;
- Turismo de Portugal;
- PROVERE;
- PARU;
- PAICD;
- PAMUS;
- PO NORTE;
- PACTO CIM-AT;
- FSE.

## 2.6 - Plano das Atividades Mais Relevantes

O Plano de Atividades Municipal, reflete o conjunto de atividades que, não sendo de investimento, mas sim de atividades correntes, constituem as mais relevantes da gestão autárquica, expondo a necessidade de previsão de despesas a realizar.

O Município, no cumprimento do art.º 46º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – RFALEI, na sua atual redação, elaborou Plano das Atividades Mais Relevantes (AMR's), de acordo com

modelo equivalente ao do Plano Plurianual de Investimentos.

Representatividade das Funções nas AMR's e no Orçamento 2022				
Funcional do Pano	Total AMR's	%	Total Orçamento	%
	12 554 435,92 €	100,00%	50 923 237,31 €	
Funções Gerais	282 500,00 €	2,25%	282 500,00 €	0,55%
Funções Sociais	9 741 893,20 €	77,60%	9 741 893,20 €	19,13%
Funções Económicas	2 530 042,72 €	20,15%	2 530 042,72 €	4,97%

Pela análise do quadro supra, verifica-se uma representatividade de 77,60%, das Funções Sociais no total das Atividades Mais Relevantes.

## 2.7 - Demonstrações Financeiras Previsionais

Nos termos do parágrafo 17, da NCP1, do SNC\_AP, “as entidades públicas devem ainda preparar demonstrações financeiras previsionais, designadamente balanço, demonstração dos resultados por natureza e demonstração dos fluxos de caixa, com o mesmo formato das históricas, que devem ser aprovadas pelos órgãos de gestão competentes”.

Por conseguinte, vieram a ser elaborados os seguintes mapas, tendo em vista a projeção a 31/12/2022:

- Balanço previsional
- Demonstração dos resultados previsional, por natureza
- Demonstração dos fluxos de caixa previsional



## BALANÇO PREVISIONAL

PERÍODO
2022/01/01 a 2022/12/31

ANO
2022

Rubricas	Notas	Datas	
		Previsto 2021/12/31	Previsto 2022/12/31
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>		<b>148 677 837,07 €</b>	<b>135 088 682,76 €</b>
Ativos fixos tangíveis		137 777 125,96 €	125 184 296,65 €
Propriedades de investimento		2 945 396,16 €	2 676 186,95 €
Ativos intangíveis		1 454 635,02 €	1 321 681,38 €
Participações financeiras		6 500 679,93 €	5 906 517,79 €
<b>Ativo corrente</b>		<b>15 218 796,35 €</b>	<b>13 827 798,36 €</b>
Inventários		201 881,47 €	183 429,50 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		505 975,90 €	459 729,71 €
Clientes, contribuintes e utentes		3 944 519,40 €	3 583 990,32 €
Estado e outros entes públicos		144 231,56 €	131 048,79 €
Outras contas a receber		5 115 026,35 €	4 647 512,94 €
Caixa e depósitos		5 307 161,67 €	4 822 087,09 €
<b>Total Ativo</b>		<b>163 896 633,41 €</b>	<b>148 916 481,12 €</b>
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>			
<b>Património Líquido</b>		<b>137 107 607,97 €</b>	<b>124 575 972,60 €</b>
Património/Capital		70 480 355,09 €	64 038 450,63 €
Reservas		8 193 314,90 €	7 444 445,92 €
Resultados transitados		-3 014 868,10 €	-2 739 309,16 €
Ajustamentos em ativos financeiros		5 655 106,51 €	5 138 229,77 €
Outras variações no património líquido		51 811 260,02 €	47 075 710,85 €
Resultado líquido do período		3 982 439,56 €	3 618 444,59 €
<b>Total Património Líquido</b>		<b>137 107 607,97 €</b>	<b>124 575 972,60 €</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>		<b>21 599 589,59 €</b>	<b>19 625 387,10 €</b>
Provisões		986 324,22 €	896 174,19 €
Financiamentos obtidos		16 010 463,09 €	14 547 106,76 €
Fornecedores			
Diferimentos		427 069,73 €	388 035,55 €
Outras contas a pagar		4 175 732,55 €	3 794 070,59 €
<b>Passivo corrente</b>		<b>5 189 435,85 €</b>	<b>4 715 121,42 €</b>
Fornecedores		468 779,16 €	425 932,74 €
Estado e outros entes públicos		115 393,20 €	104 846,26 €
Financiamentos obtidos		97 984,99 €	89 029,16 €
Fornecedores de investimentos		539 514,10 €	490 202,51 €
Outras contas a pagar		3 967 764,41 €	3 605 110,74 €
<b>Total Passivo</b>		<b>26 789 025,44 €</b>	<b>24 340 508,51 €</b>
<b>Total Património Líquido e Passivo</b>		<b>163 896 633,41 €</b>	<b>148 916 481,12 €</b>



**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA PREVISIONAL**

PERÍODO	ANO
2022/01/01 a 2022/12/31	2022

Rubricas	Notas	Datas	
		Previsto 2021/12/31	Previsto 2022/12/31
Impostos, contribuições e taxas		7 947 041,55 €	7 220 681,96 €
Vendas		1 451 376,81 €	1 318 720,97 €
Prestações de serviços e concessões		2 545 312,50 €	2 312 670,94 €
Transferências e subsídios correntes obtidos		14 131 146,16 €	12 839 559,40 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas,		194 056,50 €	176 319,73 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-1 540 144,42 €	-1 399 375,22 €
Fornecimentos e serviços externos		-6 833 298,02 €	-6 208 734,58 €
Gastos com pessoal		-7 662 125,33 €	-6 961 807,08 €
Transferências e subsídios concedidos		-4 230 653,90 €	-3 843 972,13 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-164 816,50 €	-149 752,27 €
Provisões (aumentos/reduções)			
Outros rendimentos		2 353 524,09 €	2 138 411,99 €
Outros gastos		-659 686,13 €	-599 390,81 €
<b>Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento</b>		<b>7 531 733,32 €</b>	<b>6 843 332,90 €</b>
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-3 326 714,10 €	-3 022 652,43 €
<b>Resultado operacional (antes de resultados financeiros)</b>		<b>4 205 019,22 €</b>	<b>3 820 680,46 €</b>
Juros e gastos similares suportados		-222 579,65 €	-202 235,87 €
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>3 982 439,56 €</b>	<b>3 618 444,59 €</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>3 982 439,56 €</b>	<b>3 618 444,59 €</b>



**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PREVISIONAL**

PERÍODO	ANO
2022/01/01 a 2022/12/31	2022

Rubricas	Notas	Datas	
		Previsto 2021/12/31	Previsto 2022/12/31
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		4 138 622,53 €	3 760 352,43 €
Recebimentos de contribuintes		5 180 468,99 €	4 706 974,12 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		14 131 146,16 €	12 839 559,40 €
Recebimentos de utentes		405 366,33 €	368 315,84 €
Pagamentos a fornecedores		-8 946 999,54 €	-8 129 243,79 €
Pagamentos ao pessoal		-8 016 332,24 €	-7 283 639,48 €
Pagamentos de transferências e subsídios		-3 060 368,50 €	-2 780 650,82 €
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>3 831 903,70 €</b>	<b>3 481 667,70 €</b>
Outros recebimentos/pagamentos		-1 665 399,17 €	-1 513 181,68 €
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)</b>		<b>2 166 504,54 €</b>	<b>1 968 486,02 €</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-9 971 816,58 €	-9 060 392,55 €
Pagamentos - Ativos intangíveis		-130 865,81 €	-118 904,67 €
Pagamentos - Investimentos financeiros			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		9 534,37 €	8 662,92 €
Recebimentos - Propriedades de Investimento		1 347 499,14 €	1 224 337,72 €
Recebimentos - Transferências de capital		5 622 533,06 €	5 108 633,54 €
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)</b>		<b>-3 123 115,82 €</b>	<b>-2 837 663,04 €</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Recebimentos - Financiamentos obtidos			
Recebimentos - Outras operações de financiamento		389 958,16 €	354 315,98 €
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-2 457 215,07 €	-2 232 625,61 €
Pagamentos - Juros e gastos similares		-223 600,08 €	-203 163,04 €
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)</b>		<b>-2 290 856,99 €</b>	<b>-2 081 472,66 €</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)</b>		<b>-3 247 468,28 €</b>	<b>-2 950 649,68 €</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do pe		8 554 629,95 €	7 772 736,77 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do perío		5 307 161,67 €	4 822 087,09 €
<b>CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período</b>		<b>8 554 629,95 €</b>	<b>7 772 736,77 €</b>
Saldo da gerência anterior (SGA)		8 554 629,95 €	7 772 736,77 €
SGA De execução orçamental		6 502 195,76 €	5 907 895,06 €
SGA De operações de tesouraria		2 052 434,19 €	1 864 841,71 €
<b>Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período</b>		<b>5 307 161,67 €</b>	<b>4 822 087,09 €</b>
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		5 307 161,67 €	4 822 087,09 €
SGS De execução orçamental		2 873 495,64 €	2 610 858,14 €
SGS De operações de tesouraria		2 433 666,03 €	2 211 228,95 €

Os pressupostos que suportaram a elaboração e apresentação dos referidos mapas, encontram-se vertidos no ponto 2.1, do presente relatório.

## **III – QPPO, MAPA DE EMPRÉSTIMOS, MAPA DAS RESPONSABILIDADES CONTINGENTES E MAPA DE EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL**

### **3.1 – Quadro Plurianual de Programação Orçamental (QPPO)**

O QPPO encontra-se identificado, como **anexo X**, ao presente relatório.

### **3.2 - Mapa de Empréstimos**

O mapa de empréstimos encontra-se identificado, como **anexo XI**, ao presente relatório.

### **3.3 – Mapa das Responsabilidades Contingentes**

A identificação e descrição das responsabilidades contingentes a que se refere a alínea a), do nº 1, artigo 46º, do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, constam do **anexo XII** do presente relatório.

### **3.4 – Mapa De Equilíbrio Orçamental**

Considerando o artº40º da Lei nº 73/2013, de 3/set (RFALEI), sob a epígrafe “Equilíbrio orçamental”, traduz-se, no **anexo XIII**, do presente relatório, o cumprimento da regra orçamental:

- “1. Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas.*
- 2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.*
- 3. O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5% das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte.*
- 4. Para efeitos do disposto no n.º 2, considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos o montante corresponde à divisão do capital contraído pelo número de anos do contrato, independente do seu pagamento efetivo.”*

## **IV – OUTROS DOCUMENTOS**

**4.1 - Articulado do Orçamento**

**4.2 - Orçamento das Entidades Participadas**

**4.3 - Mapa das Entidades Participadas – Societárias e não Societárias**

**4.5 - Normas de Controlo Interno**

**4.6 - Plano de Prevenção de Riscos de gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas**

**4.7 - Mapa de Pessoal**

**4.8 - Regulamento Interno – Descrição de Funções, Atribuições e Competências**